



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**AS DINÂMICAS URBANAS TERRITORIAIS E AS RELAÇÕES DE  
EXCLUSÃO SOCIAL NOS BAIROS MAMÉD E ALFREDO DE  
CASTRO NA CIDADE DE RONDONÓPOLIS, MATO GROSSO**

**Reuber Teles Medeiros**

Dissertação de Mestrado

Rondonópolis – MT: Novembro / 2016



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**AS DINÂMICAS URBANAS TERRITORIAIS E AS RELAÇÕES DE  
EXCLUSÃO SOCIAL NOS BAIROS MAMÉD E ALFREDO DE  
CASTRO NA CIDADE DE RONDONÓPOLIS, MATO GROSSO**

Autor: Reuber Teles Medeiros

Orientador: Prof. Dr. Nestor Alexandre Perekouskei

Dissertação de Mestrado

Rondonópolis-MT: Novembro / 2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**AS DINÂMICAS URBANAS TERRITORIAIS E AS RELAÇÕES DE  
EXCLUSÃO SOCIAL NOS BAIROS MAMÉD E ALFREDO DE  
CASTRO NA CIDADE DE RONDONÓPOLIS, MATO GROSSO**

Reuber Teles Medeiros

**Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Mestre em Geografia, área de concentração Ambiente e Sociedade, na linha de pesquisa Planejamento e Gestão Territorial.**

Aprovado por:

---

Nestor Alexandre Perekouskei, Drº, (UFMT)  
(Orientador)

---

Jorge Luiz Gomes Monteiro, Drº, (UFMT)  
(Examinador Interno)

---

Elias Canuto Brandão, Drº, (UNESPAR – Campus Paranavaí PR)  
(Examinador Externo)  
Rondonópolis-MT,

Rondonópolis MT, 17 de Novembro de 2016

## Dados Internacionais de Catalogação da Fonte

T269d Medeiros, Reuber Teles.

As dinâmicas urbanas territoriais e as Relações de exclusão social nos bairros Mamed e Alfredo de Castro na cidade de Rondonópolis, Mato Grosso / Reuber Medeiros. -- 2016

xvi, 84 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Nestor Alexandre Pehouskei.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós Graduação em Geografia, Rondonópolis, 2016.

1. Estrutura urbana. 2. Dinâmicas territoriais. 3. Periferia. 4. Exclusão social. 5. Políticas públicas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
Rodovia Rondonópolis-Guiratinga, km 6 (MT-270) - - Cep: 78735901 -Rondonópolis/MT  
Tel : (66) 3410-4020 - Email : mestrado\_ppgeo\_cur@ufmt.br

## FOLHA DE APROVAÇÃO

**TÍTULO : "As Dinâmicas Urbanas Territoriais e as Relações de Exclusão Social nos Bairros Mamed e Alfredo de Castro na Cidade de Rondonópolis MT"**

AUTOR : Mestrando REUBER TELES MEDEIROS

Dissertação defendida e aprovada em 17/11/2016.

Composição da Banca Examinadora:

---

Presidente Banca / Orientador	Doutor(a)	Nestor Alexandre Perekouskei
Instituição :	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	
Examinador Interno	Doutor(a)	Jorge Luiz Gomes Monteiro
Instituição :	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	
Examinador Externo	Doutor(a)	Elias Canuto Brandão
Instituição :	Universidade Estadual do Paraná	
Examinador Suplente	Doutor(a)	José Adolfo Iriam Sturza
Instituição :	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	

RONDONÓPOLIS, 16/12/2016.

Prof. Dr. Jeater W. M. C. Santos  
Coordenador do Programa de  
Pós-Graduação em Geografia  
ICHS/CUR/UFMT

## DEDICATÓRIA

À minha família, em especial a minha esposa, Silmara e a minha filha Jordana e a todos que me acompanharam nessa pesquisa.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família pelo apoio recebido, a minha esposa Silmara pela paciência e compreensão, nos momentos de ausência física e de trabalhos de campo, à minha filha Jordana por sempre me apoiar em meus projetos e também ser compreensiva.

Aos meus pais, Jerônimo Guedes e Maria Abadia, meus primeiros professores, ele ensinando sobre a importância do trabalho e da honestidade e ela sempre nos motivando e acompanhando a nossa vida escolar. Digo nossa porque era o mesmo tratamento dispensado aos outros dois filhos.

Aos meus irmãos Paulo Henrique e Patrícia e suas respectivas famílias, pois estiveram sempre comigo fazendo parte de minha vida, porém hoje, mesmo distantes, torcem por minhas vitórias.

Aos discentes da terceira turma do PPGEQ, Aline, Edimilson, Camila, Regina, Marcia, Tatiane, Taíse, Ana, bem como os integrantes de outras turmas, aos quais tive o privilégio de cursar alguma disciplina juntos.

Aos docentes que muito contribuíram nesta nova etapa da vida acadêmica. Professores doutores Jorge, José Adolfo, Carlo, Tarifa, Jeater, além, é claro, de meu orientador Professor Doutor Nestor Alexandre Perekouskei, orientador este, que nos compreende e nos orienta numa amplitude maior, obtendo sempre uma palavra amiga para nossa vida pessoal e revela a capacidade acadêmica que, por vezes, acreditamos não possuir. Possui consigo um arcabouço teórico de conhecimento que não o restringe a si, mas o partilha com seus orientandos e todos que o procuram. Fiquei muito satisfeito e feliz de ser orientado por este estimado profissional.

Aos colegas de trabalho da Escola Estadual La Salle, da Escola Municipal Gisélío da Nóbrega e do Colégio Adventista, que torceram e torcem pela concretização deste sonho, que acreditei estar muito distante da minha vida. São pessoas com as quais partilho experiências diversificadas na execução do ensino e do saber, nas três unidades que atuo.

Agradeço àqueles que deram a este trabalho uma outra representatividade, pois não está restrito à discussão teórica, ou seja, às pessoas que dispuseram uma parte do seu tempo, ou uma manhã ou tarde do seu dia para conversarmos sobre seu cotidiano e me conceder o privilégio de ter uma experiência única. Agradeço de todo coração a essas pessoas, os moradores da Vila Mamed e do bairro Alfredo de castro, que a partir do nosso diálogo colaboraram para que esta pesquisa obtivesse um norte. São pessoas simples, especiais, atenciosas, prestativas e muitas delas com sonhos e expectativas por dias melhores, ansiosas para que seus sonhos sejam realizados. Por isso agradeço pela experiência e principalmente pela vivência, mesmo que superficial, mas que muito me ensinaram.

O último agradecimento é a Deus, não por ser o menos importante, muito pelo contrário, mas reconhecendo que foi Ele o grande mentor para que todas essas experiências acontecessem, e sem Ele nada disso teria sentido ou razão de existência. Pois foi Deus que nos amou primeiro e mostrou como devemos nos relacionar com o próximo, dominados pela empatia. É dever valorizar as diferenças e auxiliar àqueles que necessitam.

Espero que esse trabalho venha a contribuir para que as demandas de Políticas públicas tão propaladas nesta pesquisa venham a acontecer na prática nos respectivos bairros supracitados – sendo a Vila Mamed e o Alfredo de Castro.



## EPÍGRAFE

*“Nossa alma espera no senhor, porque ele é o nosso amparo e o nosso escudo. Nele, pois, se alegra o nosso coração, em seu santo nome confiamos. Seja-nos manifestada, Senhor, a Vossa misericórdia, como a esperamos de vós.” Salmos 32, 20-22.*

## RESUMO

Este trabalho buscou identificar a estrutura urbana e as dinâmicas territoriais em duas áreas da periferia de Rondonópolis, sendo a Vila Mamed e o bairro Alfredo de Castro, caracterizando as condições socioeconômicas e os aspectos específicos em que estas duas comunidades vivenciam seus cotidianos. Dentro desse contexto, podem-se identificar realidades distintas nos dois lugares, consequência de diversos fatores, tais como, as próprias realidades existentes, o tempo de fundação dos bairros e a dotação de infraestruturas, haja vista que a Vila Mamed é um bairro antigo e, o bairro Alfredo de Castro é recente, ainda não possuindo regularização fundiária. Com a pesquisa de campo feita nos bairros junto a uma amostra da comunidade, procurou-se descobrir as condições pelas quais estes moradores sobrevivem, suas carências no âmbito social e, principalmente, no que tange a parte de infraestrutura existente no bairro, no sentido de identificar as carências existentes e, também, delinear propostas de políticas públicas no que diz respeito ao planejamento urbano, de maneira que venha a dirimir os possíveis impactos ambientais e sociais verificados na realidade dos bairros. Identificou-se, ainda, demandas de infraestruturas e necessidade de implementação de políticas públicas, como, por exemplo, melhoria na estrutura urbana, onde no bairro Alfredo de Castro foi predominante a falta de pavimentação das ruas, com 19 pessoas, correspondendo a 40,4%. Na Vila Mamed a questão predominante foi a ausência de sinalização das ruas, com 32 respostas, o que corresponde a 59,2%. Outra situação que necessita de melhorias é no aspecto da segurança pública, pois se trata de um bairro inseguro, segundo alguns moradores entrevistados. Por fim, esta pesquisa representa uma contribuição para o planejamento e gestão urbana, pois reconhece uma configuração territorial diferenciada a partir de opiniões das comunidades envolvidas, identificando inúmeras necessidades e possibilidades de intervenção em áreas periféricas, em busca de melhores condições de vida numa perspectiva coletiva.

**Palavras – Chave:** Estrutura Urbana; Dinâmicas territoriais; Periferia; Exclusão social; Políticas públicas.

## **ABSTRACT**

This work aimed to identify the urban structure and territorial dynamics in two areas of the outskirts of Rondonópolis, Vila Mamed and Alfredo de Castro neighborhood, characterizing the socioeconomic conditions and the specific aspects in which these two communities experience their daily lives. Within this context, different realities can be identified in both places, as a consequence of several factors, such as the realities that exist, the time of foundation of the neighborhoods and the endowment of infrastructures, since Vila Mamed is an old and, The neighborhood Alfredo de Castro is recent, still not having land regularization. With the field research done in the neighborhoods with a sample of the community, it was sought to discover the conditions by which these residents survive, their needs in the social sphere and, especially, in what concerns the part of infrastructure existing in the neighborhood, in the sense of Identify existing shortcomings and also outline proposals for public policies regarding urban planning, in a way that will resolve the possible environmental and social impacts verified in the reality of the neighborhoods. It was also identified the demands of infrastructure and the need to implement public policies, such as, for example, improvement in the urban structure, where in the Alfredo de Castro neighborhood was predominant the lack of street paving, with 19 people, corresponding to 40, 4%. In Vila Mamed the predominant issue was the absence of street signs, with 32 responses, which corresponds to 59.2%. Another situation that needs improvement is in the aspect of public security, because it is an unsafe neighborhood, according to some residents interviewed. Finally, this research represents a contribution to urban planning and management, since it recognizes a territorial configuration differentiated from the opinions of the communities involved, identifying numerous needs and possibilities of intervention in peripheral areas, in search of better living conditions in a collective perspective.

**Key words:** Urban structure; Territorial dynamics; Periphery; Social exclusion; Public policies.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01	Mapa da localização da cidade de Rondonópolis Mato Grosso, Brasil.....	2
Figura 02	Gráfico da Evolução da População urbana no Brasil entre 1940 e 2000.....	10
Figura 03	Gráfico com a taxa de Urbanização brasileira entre 1940 e 2010.....	11
Figura 04	Gráfico com a taxa de natalidade no Brasil entre 1940 e 2000.....	13
Figura 05	Gráfico com a taxa de mortalidade no Brasil entre 1940 e 1999.....	14
Figura 06	Mapa da região Sudeste de Mato Grosso.....	19
Figura 07	Instituição do bairro Alfredo de castro (2011).....	44
Figura 08	Expansão do bairro Alfredo de castro com construções (2011).....	44
Figura 09	Senhor Alberto da Rocha, pioneiro da Vila Mamed (2016).....	46
Figura 10	Mapa do Município de Rondonópolis MT e localização dos bairros Alfredo de Castro e Vilma Mamed (2010).....	47

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Número (Nº) e porcentagem (%) de pessoas que compõem as famílias nos bairros Alfredo de Castro e Mamed, Rondonópolis, Mato Grosso.....	48
Tabela 02	Número (Nº) e Porcentagem (%) do grau de escolaridade dos moradores dos bairros Alfredo de Castro e Mamed, Rondonópolis, Mato Grosso.....	50
Tabela 03	Número (Nº) e Porcentagem (%) da faixa-etária dos moradores dos bairros Alfredo de Castro e Mamed, Rondonópolis, Mato Grosso.....	51
Tabela 04	Número (Nº) e Porcentagem (%) da renda familiar dos moradores dos bairros Alfredo de Castro e Mamed, Rondonópolis, Mato Grosso .....	53
Tabela 05	Número (Nº) e Porcentagem (%) de ocupação profissional dos moradores dos bairros Alfredo de Castro e Mamed, Rondonópolis, Mato Grosso.....	54
Tabela 06	Número (Nº) e Porcentagem (%) de sexo dos moradores dos bairros Alfredo de Castro e Mamed, Rondonópolis, Mato Grosso.....	55
Tabela 07	Número (Nº) e Porcentagem (%) de necessidades de infraestrutura dos bairros Alfredo de Castro e Mamed, Rondonópolis, Mato Grosso.....	57
Tabela 08	Número (Nº) e Porcentagem (%) de mudanças e / ou melhorias necessárias nos bairros Alfredo de Castro e Mamed, Rondonópolis, Mato Grosso .....	59
Tabela 09	Número (Nº) e Porcentagem (%) da imagem dos moradores sobre os bairros Alfredo de Castro e Mamed, Rondonópolis, Mato Grosso....	60
Tabela 10	Número (Nº) e Porcentagem (%) de atuação das associações nos bairros Alfredo de Castro e Mamed, Rondonópolis, Mato Grosso....	61
Tabela 11	Número (Nº) e Porcentagem (%) de atuação das associações nos bairros Alfredo de Castro e Mamed, Rondonópolis, Mato Grosso.....	62

Tabela 12	Número (Nº) e Porcentagem (%) de opiniões sobre os bairros Alfredo de Castro e Mamed, Rondonópolis, Mato Grosso .....	63
-----------	---	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNH	BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO
BR	RODOVIA FEDERAL
BNH	BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO
CDMR	CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE RONDONÓPOLIS
CODEMAT	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE MATO GROSSO
CODEUR	COMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO URBANO
DR	DOUTOR
EJA	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
ETA	ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
MATEMAT	COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO
MT	MATO GROSSO
P.	PÁGINA
PIN	PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL
PNMA	POLITICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE
POLAMAZÔNIA	PROGRAMA DE POLOS AGROPECUÁRIOS E AGROMINERAIS DA AMAZÔNIA
POLOCENTRO	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE CERRADO
POLONOROESTE	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO NOROESTE BRASILEIRO
PRODECER	PROGRAMA NIPO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO CERRADO
PRODEI	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DE MATO GROSSO
PRODOESTE	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO OESTE
PROMAT	PROGRAMA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO DO

## ESTADO DE MATO GROSSO

PROTERRA	PROGRAMA DE REDISTRIBUIÇÃO DE TERRAS E ESTÍMULO À AGROINDÚSTRIA NO NORTE E NORDESTE
PPGEO	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
SANEAR	SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL DE RONDONÓPOLIS
SSSP	PACOTE ESTATÍSTICO PARA CIÊNCIAS SOCIAIS
SUDAM	SUPERINTENDENCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
SUFRAMA	SUPERINTENDENCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS
UFMT	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
UNESPAR	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
UNISAL	UNIÃO DOS MORADORES DA VILA SALMEM
ZB	ZONAS DE BAIRRO
ZC	ZONA CENTRALIZADA
ZCS	ZONA DE COMÉRCIOS E SERVIÇOS
ZEIS	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
ZIA	ZONA DE INTERESSE AMBIENTAL
ZIM	ZONAS IMPACTANTES
ZPA	ZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>OBJETIVOS .....</b>	<b>5</b>
OBJETIVO GERAL .....	5
OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	5
<b>CAPÍTULO 1 - OS PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO NO BRASIL: HISTÓRIA, DINÂMICAS E IMPLICAÇÕES .....</b>	<b>9</b>
1.1 AS TRANSFORMAÇÕES NA URBE: DESIGUALDADES SOCIAIS E IMPLICAÇÕES .....	16
1.2 O ESTADO DO MATO GROSSO E A CIDADE DE RONDONÓPOLIS: O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E ASPECTOS HISTÓRICOS .....	19
1.3 A EVOLUÇÃO URBANA DE RONDONÓPOLIS, MATO GROSSO .....	22
<b>CAPÍTULO 2 – DO BIOMA NATURAL DO CERRADO AO ZONEAMENTO URBANO NA CIDADE DE RONDONÓPOLIS, MATO GROSSO: PERSPECTIVAS NO PLANEJAMENTO .....</b>	<b>25</b>
2.2 O ZONEAMENTO URBANO NA CIDADE DE RONDONÓPOLIS: CARACTERÍSTICAS E DESAFIOS .....	29
2.3 A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO E A REESTRUTURAÇÃO ESPACIAL DA MICRORREGIÃO DE RONDONÓPOLIS .....	31
<b>CAPÍTULO 3 - O TERRITÓRIO E AS RELAÇÕES DE PODER .....</b>	<b>35</b>
3.1 O TERRITÓRIO NA PERSPECTIVA IDEALISTA .....	37
3.2 O TERRITÓRIO NA PERSPECTIVA INTEGRADORA .....	40
<b>CAPÍTULO 4 – OS PROCESSOS HISTÓRICOS, OS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E AS DINÂMICAS TERRITORIAIS DOS BAIRROS PERIFÉRICOS .....</b>	<b>44</b>
4.1 O PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DO BAIRRO ALFREDO DE CASTRO .....	44
4.2 O PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DO BAIRRO VILA MAMED .....	46
4.3 O PERFIL SOCIOECONÔMICO .....	49

4.4. OS ASPECTOS ESPECÍFICOS.....	57
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>65</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>69</b>
<b>ANEXO A .....</b>	<b>73</b>
<b>ANEXO B .....</b>	<b>75</b>

## INTRODUÇÃO

O século XX tornou-se um marco histórico no Brasil, apresentando-se como momento ímpar de transição demográfica, pois se tornou um país urbano. Sendo historicamente rural, tendo suas raízes econômicas ligadas ao campo, o processo industrial apareceu nos grandes centros do Brasil em meados de 1930, após a derrocada da República do Café com Leite e a chegada do gaúcho Getúlio Vargas no poder. A partir de então, as cidades começaram a se desenvolver e a ditar as regras da economia nacional, sendo o grande espaço demográfico, para onde começaram a migrar grandes quantidades de pessoas oriundas principalmente do campo, atraídas pelo desenvolvimento industrial e econômico que ali se emergia.

Com todo esse processo de desenvolvimento, as cidades foram se expandindo e se fortalecendo cada vez mais, como centro político administrativo e econômico desse novo Brasil urbano. Em contrapartida, o desenvolvimento ocorreu de forma desordenada, sendo a acessibilidade aos bens e serviços não disponibilizada a todas as pessoas, com a falta de oportunidades para muitos que vieram do campo, fazendo surgir na zona urbana às chamadas áreas periféricas, não dotadas de infraestruturas, onde a camada menos favorecida da população se viu obrigada a habitar.

A expansão urbana ocorrida no Brasil a partir dos anos de 1940 trouxe a preocupação sobre o planejamento e estruturação do espaço. Este processo somado à mundialização da economia gerou impactos sociais e ambientais sobre os espaços urbanos, que estão em constante reorganização, onde tecidos urbanos estão integrados em movimentos, apresentando zonas desfavorecidas, marginalizadas e, até excluídas, configurando-se como um problema contemporâneo em cidades de todo o mundo.

Nesta perspectiva de desenvolvimento urbano, propõe-se realizar uma pesquisa que terá como objetivo primordial, identificar a estrutura urbana e as dinâmicas sociais e ambientais em áreas periféricas de Rondonópolis.

Rondonópolis veio ganhando formas a partir da segunda metade do século XX, onde o desenvolvimento econômico traçou novos rumos para a cidade, principalmente, com a chegada de novos imigrantes, oriundos do centro-leste brasileiro. A partir deste

fenômeno, a expansão urbana ocorreu conseqüentemente e o aparecimento de novos bairros se tornou praxe na cidade.

Desta maneira, a pesquisa terá como ponto crucial entender os motivos e as circunstâncias em que alguns bairros da cidade surgiram e se desenvolveram, buscando identificar as classes sociais predominantes, investigando seus anseios, suas necessidades e perspectivas de vida para os moradores periféricos.

Dentro deste contexto será analisada e discutida a realidade urbana em que a cidade de Rondonópolis se expandiu, apontando os entraves ao seu desenvolvimento no começo do século XX e sua posterior expansão. Além disso, serão abordados os problemas que ocorreram em virtude do crescimento das cidades, da sua expansão industrial e comercial, e do surgimento de bairros e loteamentos sem a devida junção de infraestruturas que venham a, no mínimo, gerar qualidade de vida a esses moradores.

O Estado de Mato Grosso está situado na região Centro Oeste do Brasil, sendo o terceiro maior Estado da federação, tendo em seu espaço 144 municípios, entre eles Rondonópolis, que se localiza na região sudeste de Mato Grosso, obtendo a terceira maior população do Estado e a segunda maior economia de Mato Grosso. Na Figura 01, observa-se o estado do Mato Grosso e sua localização em nível de Brasil e o estado de Mato Grosso, onde está situada a cidade de Rondonópolis.

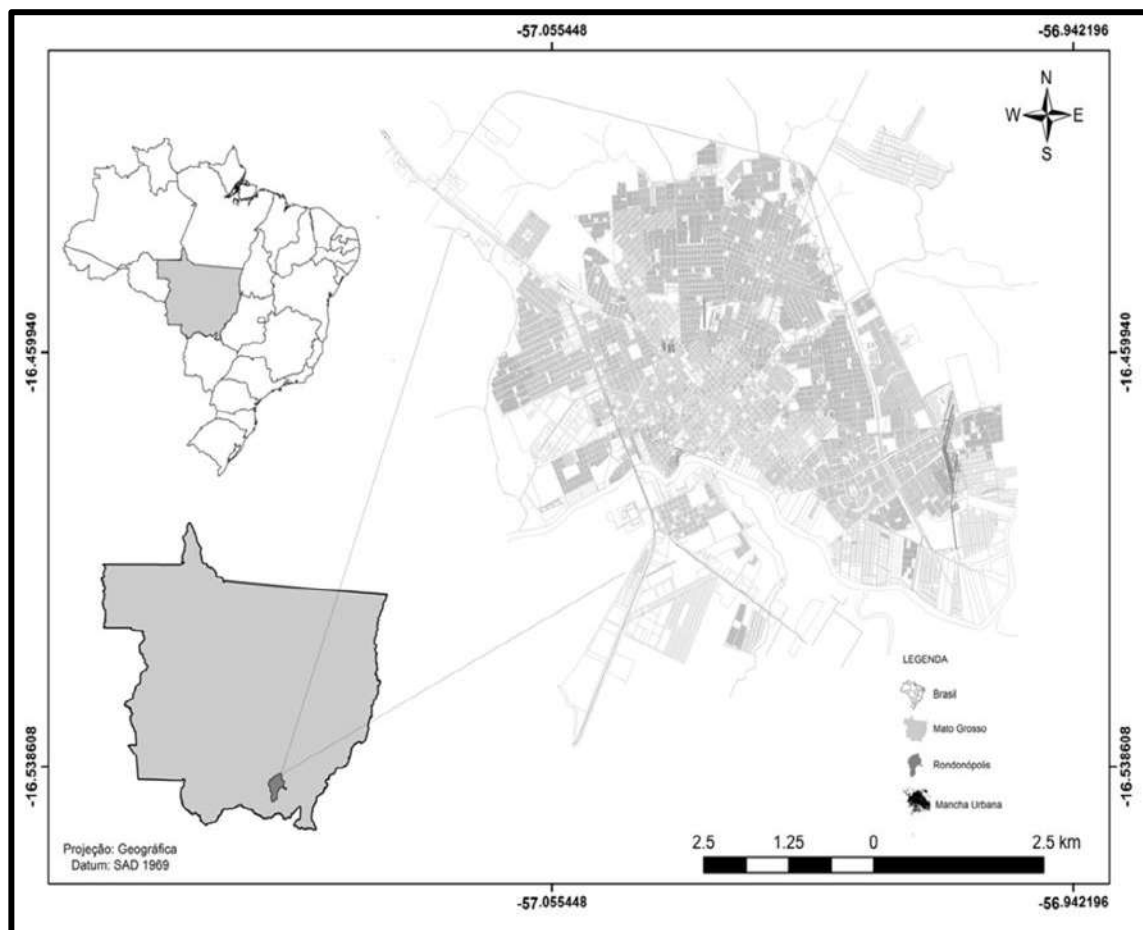


Figura 01: Mapa de localização da cidade de Rondonópolis, Mato Grosso, Brasil.  
 Fonte: OLIVEIRA, T. D. S. (2014).

Para tanto, o presente trabalho está estruturado em quatro capítulos, conforme apresentado na sequência:

O primeiro capítulo intitulado “Os processos de urbanização no Brasil: história, dinâmicas e implicações” apresenta em seu teor uma discussão acerca do conceito de urbanização, introduzindo a cidade como elemento fundamental no desenvolvimento da sociedade, a partir de suas dinâmicas e desafios.

O segundo capítulo intitulado “Do bioma natural do cerrado ao Zoneamento Urbano na cidade de Rondonópolis, Mato Grosso: perspectivas no planejamento”, vem de encontro ao crescimento urbano de Rondonópolis, fazendo uma interligação com a expansão agrícola ocorrida nas regiões do bioma do cerrado bem como, de suas áreas remanescentes, além do agronegócio. Ainda discute as leis pertinentes ao Planejamento urbano, tais quais: o Plano Diretor e a lei do Zoneamento Urbano.

O terceiro capítulo intitulado “O Território e as Relações de Poder” e dentro deste contexto, procurou-se caracterizar o conceito de território nas perspectivas idealista e integradora, enfatizando as relações entre o homem e o lugar, a pertença e a afetividade e as relações de poder.

O quarto capítulo intitulado “Os processos históricos, os aspectos socioeconômicos e as dinâmicas territoriais dos bairros periféricos”, demonstra basicamente o resultado da pesquisa de campo efetuada nos bairros Residencial Alfredo de Castro e Vila Mamed, a partir das respostas dos entrevistados, identificando o perfil socioeconômico e os aspectos específicos do cotidiano e necessidades básicas de infraestruturas nos bairros.

As “Considerações Finais” encerram esta etapa da pesquisa, delineando ações que serão necessárias para que os moradores desses bairros investigados venham a desfrutar de melhor qualidade de vida e bem estar social.

## **OBJETIVOS**

### **OBJETIVO GERAL**

Identificar a estrutura urbana e as dinâmicas territoriais em áreas periféricas de Rondonópolis, bem como as condições socioeconômicas das comunidades envolvidas.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Conhecer a infraestrutura existente nos bairros em questão – Vila Mamed e Alfredo de Castro;

Identificar as carências de estrutura dos bairros e os problemas estabelecidos a partir da expansão urbana e demográfica;

Delinear propostas que implementem políticas públicas no âmbito do planejamento urbano que minimizem possíveis impactos ambientais e sociais diagnosticados.

## MATERIAIS E MÉTODOS

Inicialmente foi realizada uma revisão de literatura, procurando investigar os temas de urbanização no Brasil, destacando a cidade de Rondonópolis, o planejamento urbano, o território, e as relações de exclusão social e de empoderamento que se estabelecem neste contexto.

Foram pesquisadas as leis municipais vigentes, quanto ao seu cumprimento no processo de implantação desses bairros, principalmente a Lei do Zoneamento Urbano (Lei 6.938/81), considerando que o zoneamento também está previsto no Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01 em seu artigo 4º) e o Plano Diretor Municipal (Lei Complementar 43 de 28/12/2006), bem como as políticas públicas adotadas para a liberação desses loteamentos e ou bairros.

A pesquisa foi efetivada a partir do método empírico, baseado na intersubjetividade. Os Métodos da Intersubjetividade e do Empirismo foram estudados e caracterizados por diferentes autores, como, por exemplo, Zuben (1985) que se expressa a partir de outro precursor do atual conceito de intersubjetividade - Martin Buber. Suas ideias, fundamentadas no pensamento filosófico-fenomenológico são resgatadas da experiência vivencial e reflexiva.

A base do seu pensamento opunha-se a estabelecer doutrinas, sistemas e conceptualizações que não estivessem alicerçados na experiência, por isso se autodenominou um homem atípico.

Esta pesquisa está baseada na intersubjetividade, pois tem conotação teórica, mas, sobretudo, se alicerça a partir de experiências práticas, vivenciando as diferentes *práxis*, realidades, formas, cotidianos. Além do caráter intersubjetivo, foi dinamizada a partir do método empírico, que, por sua vez, é a pesquisa dedicada ao tratamento da "face empírica e fatural da realidade; que produz e analisam dados, procedendo sempre pela via do controle empírico e fatural". (DEMO, 2000, p. 21).

A valorização desse tipo de pesquisa é pela "possibilidade que oferece de maior concretude às argumentações, por mais tênue que possa ser a base fatural. O significado dos dados empíricos depende do referencial teórico, mas estes dados agregam impacto pertinente, sobretudo, no sentido de facilitarem a aproximação prática" (DEMO, 1994, p. 37). Dessa forma, esta pesquisa possui uma base teórica



preponderante, mas, contudo arraigada a partir das realidades vivenciadas nos dois bairros, caracterizando assim, o empirismo.

Foi aplicado um questionário (Anexo) diretamente às comunidades residentes nos bairros, que diagnosticou aspectos socioeconômicos e específicos desta pesquisa. As entrevistas foram realizadas no período de 05 de abril de 2016 a 05 de maio de 2016.

Foram percorridas nestas datas, diversas ruas dos bairros, no entanto, as pessoas foram entrevistadas em suas próprias residências, em horários comerciais. Por isso, muitas residências não foram investigadas, por não terem pessoas nos momentos da intervenção.

A escolha dos bairros se deu, principalmente, por serem localizados em áreas periféricas e apresentarem características distintas, devido aos seus processos históricos, bem como o tempo decorrido de suas formações.

As pessoas foram entrevistadas considerando-se a idade a partir de 15 anos.

Para determinar a amostra, parte expressiva de uma população, que representa um conjunto de elementos com uma característica comum, foi considerado o número total de famílias cadastradas de cada bairro, de acordo com os dados da Associação de Moradores existentes, repassados por representantes de moradores de bairros. De acordo com o referido banco de dados atualmente estão cadastradas 772 famílias, sendo 412 no bairro da Vilma Mamed e 360 no bairro Alfredo de Castro que, para um intervalo de confiança de 5%, que representa o intervalo estimado de um parâmetro estatístico, ou seja, não se estima um padrão por um único valor, mas sim, é dado um intervalo de estimativas prováveis. Quão prováveis são estas estimativas, é determinado pelo nível de confiança, cujo padrão adotado normalmente é de 95%. Quanto maior a probabilidade de o intervalo conter o parâmetro, maior será o intervalo.

Uma pesquisa que resulte num intervalo de confiança pequeno é mais confiável do que outra que resulte num intervalo maior. Esses parâmetros estatísticos foram trabalhados por Golstein e Healey (1995); Zar (1984) e Barbeta (1998).

Com a utilização do programa Pacote Estatístico para Ciências Sociais (SSPP, 2010) foi possível identificar que, para um total de 772 famílias, a amostra representativa foi de 101 pessoas, sendo 54 pessoas no bairro Vila Mamed e 47 pessoas no bairro Alfredo de Castro, representando unidades familiares.

Foi realizado mapeamento através do Programa *ArcGis* 10.2, com a localização do município de Rondonópolis e áreas adjacentes, apresentando, assim, características a partir de sua localização no Brasil e no estado de Mato Grosso. Também mapeou-se os

bairros investigados nesta pesquisa, ou seja, Alfredo de Castro e Vila Mamed. O mapeamento digital foi realizado com o programa e dados de Brasil (2010) e Rondonópolis (2014). Foi vetorizado o bairro Alfredo de Castro no *site Google Earth*, pois não há vetor na base de dados da prefeitura.

Foi utilizado ainda o registro fotográfico de alguns aspectos relevantes nos bairros. Nesta perspectiva, a fotografia, assim como os acontecimentos que se registram, levam os sinais e rastros do seu tempo, que constitui um “(...) fragmento congelado de uma realidade” (KOSSOY, 2003 p. 37), ou seja, “(...) um registro que cristaliza uma ínfima porção de espaço do mundo exterior” (KOSSOY, 1999, p. 156).

Posteriormente, a partir da coleta de dados em campo, foram burilados os dados estatísticos organizados em tabelas, com análises e discussões que nortearam algumas considerações sobre esta pesquisa. Também serão expostos relatos de moradores do bairro que, de sobremaneira, contribuirão na fundamentação do trabalho.

## **CAPÍTULO 1 - OS PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO NO BRASIL: HISTÓRIA, DINÂMICAS E IMPLICAÇÕES**

A urbanização caracteriza-se como um dos fenômenos mais intensamente vividos pela sociedade brasileira a partir da segunda metade do século XX, mas com seu marco inicial a partir da década de 1930 com a chegada das primeiras fábricas no Brasil. Seu entendimento perpassa por várias questões, principalmente aquelas ligadas ao desenvolvimento industrial no país, ao surgimento, expansão e crescimento das cidades, onde uma grande leva da população migra para a cidade, a procura de transformação social e melhor qualidade de vida, atraídos por uma possível mudança de vida, baseada no desenvolvimento do trabalho e na busca por melhores remunerações e valorização.

A vida urbana quanto às suas características sociais, políticas e econômicas são bem diferentes da vida no campo, pois nas cidades aparecem várias situações de conflitos que não existiam no rural, principalmente no que diz respeito à subsistência, tendo na cidade uma necessidade maior de se obter rendimentos que venham a garantir os meios de sobrevivência, sendo por isso, o trabalho como elemento preponderante, norteador do processo cotidiano daquele povo agora urbano. Santos (2009) afirma que a cidade, onde tantas necessidades emergentes não podem ter resposta, está desse modo fadada a ser o teatro de conflitos crescentes como o lugar político da possibilidade de soluções. Ou seja, a vida urbana é rodeada de problemas novos, que outrora não existiam no meio rural, e, desta forma, esta nova sociedade rural, agora urbana, se transforma, se profissionaliza, se qualifica, afim de, adentrar-se a esta nova realidade de vida, cheia de dificuldades e conflitos. Neste sentido, Santos (2009, p.11) complementa:

[...] as soluções, para se tornarem efetivas, supõe atenção a uma problemática mais ampla, pois o fato urbano, seu testemunho eloquente, é apenas um aspecto. Daí a necessidade de circunscrever o fenômeno, identificar sua especificidade, mensurar sua problemática, mas, sobretudo, buscar uma interpretação abrangente (SANTOS, 2009, p. 11).

Os processos de urbanização acelerada, constantes nas cidades do Brasil e do mundo desde o século XX, ainda é fenômeno passível de entendimento, por se tratar de um universo híbrido, composto por alguns elementos e relações, tais como: as alterações constantes nos dados demográficos, as transformações no perímetro urbano,

no comportamento das comunidades envolvidas, além das relações capitalistas que norteiam o processo produtivo e determinam o estabelecimento de impactos ambientais e a exclusão social. Esses fatores se constituem em mudanças permanentes na vida das pessoas e no espaço citadino, não se caracterizando somente por um aspecto monolítico, como discute Rodrigues (2000, p. 184) que,

[...] é preciso pensar a cidade numa dimensão que permite detectar uma realidade material concreta – o espaço [...] numa realidade material, simbólica e interpretativa – o espaço consumido. Ou seja, os laços entre um tipo de produção e apropriação e a dinâmica coletiva que claramente extrapola limites administrativos das cidades, e mostram que a cidade evoca um conjunto de funções sociais que fazem dela um mundo a decifrar e a produzir. Compreender, enfim, que a urbanização configura-se praticamente, como uma unidade social e política (RODRIGUES, 2000, p. 184).

De acordo com Santos (2009) a cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico, de que é o suporte, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. São estas realidades que trouxeram a transição do rural-urbano, onde as condições de sobrevivência no urbano se tornaram mais difíceis aos que migraram para a cidade. Dentro desta realidade, Rodrigues (2000, p. 184) alerta que,

[...] a exclusão do processo de urbanização de um passado recente, relacionado com os deslocamentos populacionais do campo para a cidade, que promoveriam o progresso pela industrialização, acrescenta-se hoje aqueles que são excluídos pelo acelerado processo de substituição do homem pelas máquinas, pela utilização de tecnologias, no processo denominado de “*Just in time*”, na aceleração produtiva e sociedade do descartável. Descarta-se rapidamente o conhecimento, os produtos e os homens (RODRIGUES, 2000, p. 184).

Segundo Maricato (2011, p. 16) “o Brasil, assim como os demais países da América Latina, apresentou intenso processo de urbanização, especialmente na segunda metade do século XX”. Esse processo de êxodo rural ocorreu em consequência da chegada da indústria no país, oriunda do continente europeu.

Na década de 1940 existia nas cidades brasileiras 18,8 milhões de habitantes e, no ano 2000, essa quantia chegou a cerca de 138 milhões. Neste contexto, observa-se que em 60 anos, conforme apresenta a Figura 2, as populações das cidades cresceram cerca de 120 milhões de pessoas, ou seja, mais do que a população de vários importantes países europeus juntos. Em valores percentuais, pode-se verificar esta

elevação populacional urbana na Figura 3, que apresenta percentuais de crescimento populacional urbano entre 1940 e 2010. De modo geral, demonstra a elevação populacional da cidade em detrimento ao campo, que ocorreu devido a vários fatores, principalmente, a expansão do setor secundário (indústria) que, de certa forma, transformou os modelos e paradigmas de se pensar o urbano, trazendo novas perspectivas demográficas, políticas e econômicas à cidade, o poder dos latifúndios que de sobremaneira expandiam suas terras comprando dos menos favorecidos do campo, além do pensamento utópico que os pequenos produtores tinham de uma vida melhor na cidade, haja vista a atração que a chegada das fábricas e indústrias promoviam no meio urbano.

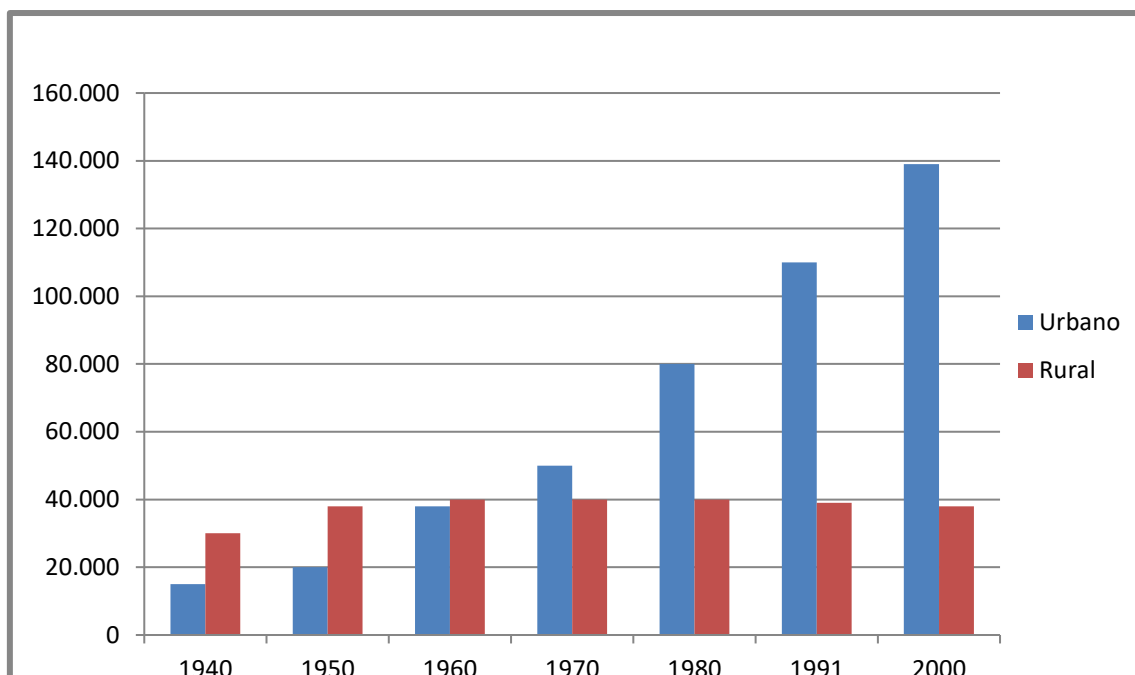


Figura 2: Evolução da população urbana no Brasil entre 1940 e 2000

Fonte: BRASIL (2010).

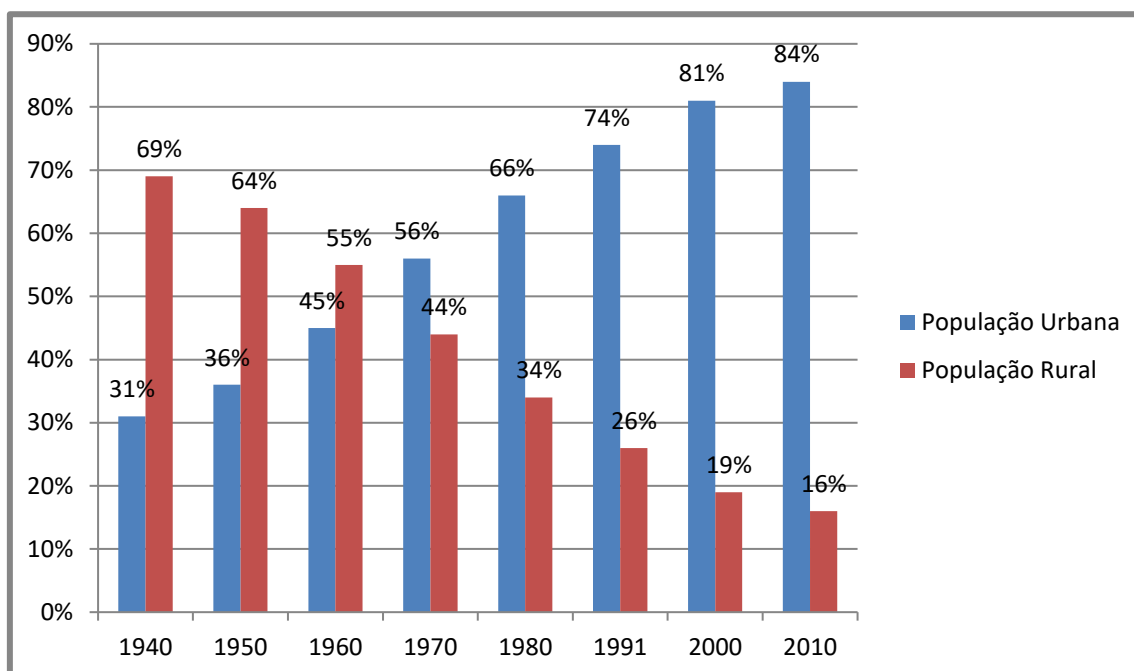


Figura 3 - Taxa de urbanização brasileira entre 1940 e 2010

Fonte: BRASIL (2012).

As figuras 2 e 3 mostram o crescimento da população urbana no Brasil em detrimento da população rural a partir dos anos de 1940 até 2010. Neste cenário, a partir dos anos de 1970 a população urbana sobressai sobre a população rural e o modelo de urbanização existente no Brasil, baseado na industrialização e na expansão do comércio passaram a atrair muitas pessoas do campo para a cidade, num fenômeno conhecido com êxodo rural ou simplesmente urbanização. O Estado de Mato Grosso e Rondonópolis passaram a sentir esse crescimento urbano, principalmente quando se observa, no município, o aparecimento de novos loteamentos que serviram para dar moradia a esses novos atores sociais que migravam. O bairro Vila Mamed é um exemplo desse processo, pois seu surgimento aconteceu nos anos 1970, conforme seu Pedro Alberto da Rocha, pioneiro, relata que “na formação desse bairro, tivemos muitos problemas de ordem política e de regularização, que gerou conflitos entre moradores, políticos, e mesmo, entre vizinhos”.

No final do século XIX, o Brasil tinha apenas 10% da sua população morando nas cidades. Com a liberdade do trabalhador em virtude da Lei Áurea, a Proclamação da República e uma indústria incipiente ligada ainda à cafeicultura, o processo de urbanização da sociedade começa a se consolidar no início do século XX. Porém, destacamos que o Brasil já possuía cidades de grande porte desde o período colonial, como Salvador, Olinda, Rio de Janeiro, entre outras. A partir do início do século XX passaram a ocorrer, principalmente nas grandes cidades brasileiras, profundas reformas urbanas, onde, segundo Maricato (2011, p.17) “realizavam-se obras de saneamento básico para eliminação de epidemias, ao mesmo tempo em que promovia o

embelezamento paisagístico e eram implantadas as bases legais para um mercado imobiliário capitalista”. A população que não participava desse processo ou que não tinha qualificação se viu obrigada a habitar nos lugares periféricos, nos morros e franjas da cidade, conforme complementa Maricato (2011, p. 17),

[...] a partir dos anos 1930, o Estado passa a investir brutaemente em infraestrutura para se desenvolver, principalmente nas grandes cidades, um maior aprimoramento industrial, no sentido de promover a substituição das importações. Nesse sentido, os burgueses detentores do poder, que comandavam o processo industrial, assumem o comando político na cidade, sem haver o rompimento com os interesses hegemônicos estabelecidos, e sem deixar de lado alguns elementos, como a importância do trabalho escravo, a pouca relevância concedida à reprodução da força de trabalho, mesmo com o aparecimento e expansão do trabalhador livre e o aspecto político relacionado ao poder e ao patrimônio social. Apesar dessas contradições, não tem como não conceber que o processo industrial que se afirmou a partir de 1930 e vai até o fim da Segunda Guerra Mundial, caracterizou-se como um elemento de avanço relativo de iniciativas internas e como forma de fortalecer o mercado interno do Brasil, com o apogeu de forças produtivas, complexidade, crescimento de salários e, porque não dizer, até de modernização da sociedade. Esta lógica se determina no sentido de entender que o processo industrial enraizado no Brasil, se caracterizou pela produção de mercadorias que, devido ao preço elevado, não gerou consumo à todos, mas, somente às classes privilegiadas, gerando, de certa forma, os processos de exclusão social e fomentando as divergências e diferenças de classes sociais agora existentes no urbano (MARICATO, 2011, p. 17).

A cidade e o processo urbano no Brasil foram se expandindo na medida em que a indústria também se expandia. Nos anos de 1950 surge uma nova etapa na caracterização da indústria brasileira. A partir desta década, o Brasil passou a produzir os chamados bens duráveis e os bens de produção. Porém, apesar dessa nova implementação industrial, o centro de decisão se mantinha externo, cada vez mais distante das necessidades que interessavam ao país, pois a maioria das indústrias implantadas eram oriundas da Europa e dos Estados Unidos. Porém, esses novos bens de produção (eletrônicos, automóveis) agora fabricados no Brasil, iriam transformar radicalmente a existência, os valores, a cultura e as relações dessa sociedade com o solo urbano e toda sua integralidade.

Segundo Santos (2009) o forte movimento de urbanização que se verifica a partir da Segunda Guerra Mundial é contemporâneo de um forte crescimento demográfico, resultado da elevada natalidade e de uma mortalidade em descenso, cujas causas essenciais são o progresso sanitário, a melhoria relativa nos padrões de vida e a própria urbanização. Na cidade, a estrutura social e cotidiana daquele povo rural, agora urbano, se transforma, onde as rupturas com a tradição do campo são obrigadas a acontecer, pois a realidade existente no espaço urbano é revolucionária e excludente,

implicando em diversas situações da realidade, principalmente no que tange à constituição da família, à quantidade de filhos, no cotidiano do trabalho, nas relações sociais, e outros.

Com isso, a utilização dos métodos contraceptivos, principalmente a pílula anticoncepcional e a entrada da mulher no mercado de trabalho, conseqüentes da urbanização e/ou êxodo rural, proporcionaram o denominado Planejamento Familiar, não existente na vida rural. Somado a isto, a revolução sanitária proporcionou ao homem urbano o acesso a campanhas de vacinação contra doenças que, até então, geravam muitas mortes. Desta forma, aconteceu progressivamente o declínio das taxas de natalidade e de mortalidade no Brasil, principalmente no final do século XX, conforme apresentam as Figuras 4 e 5.

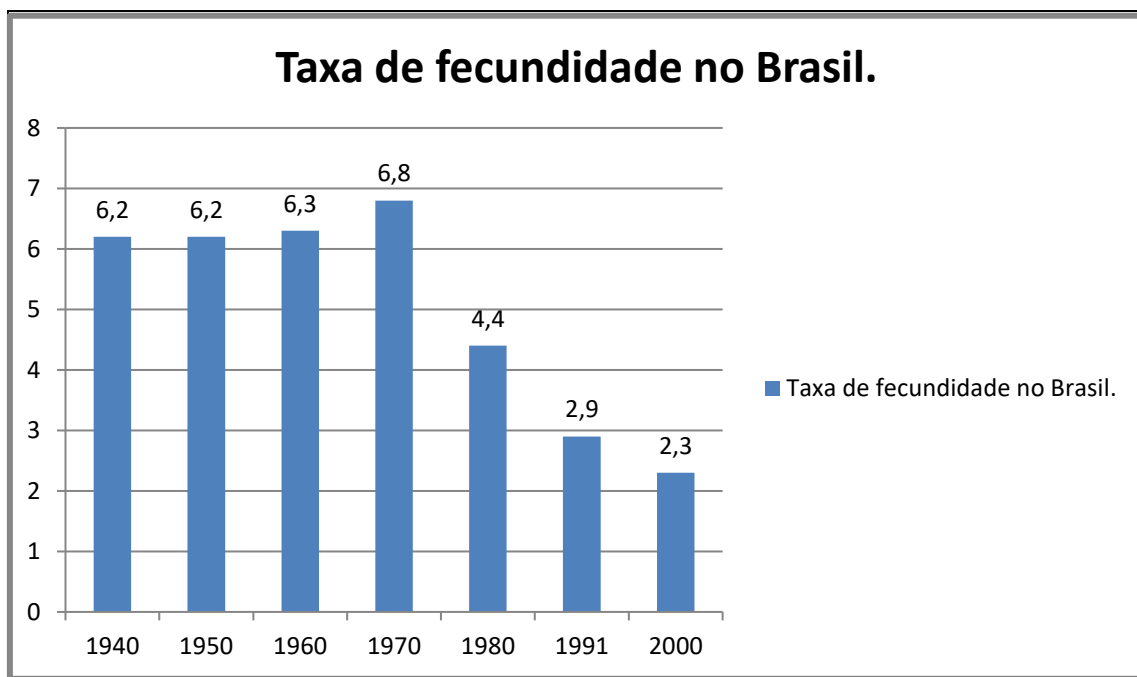


Figura 4: Taxa de Natalidade no Brasil entre 1940 e 2000

Fonte: IBGE (2000; 2002).



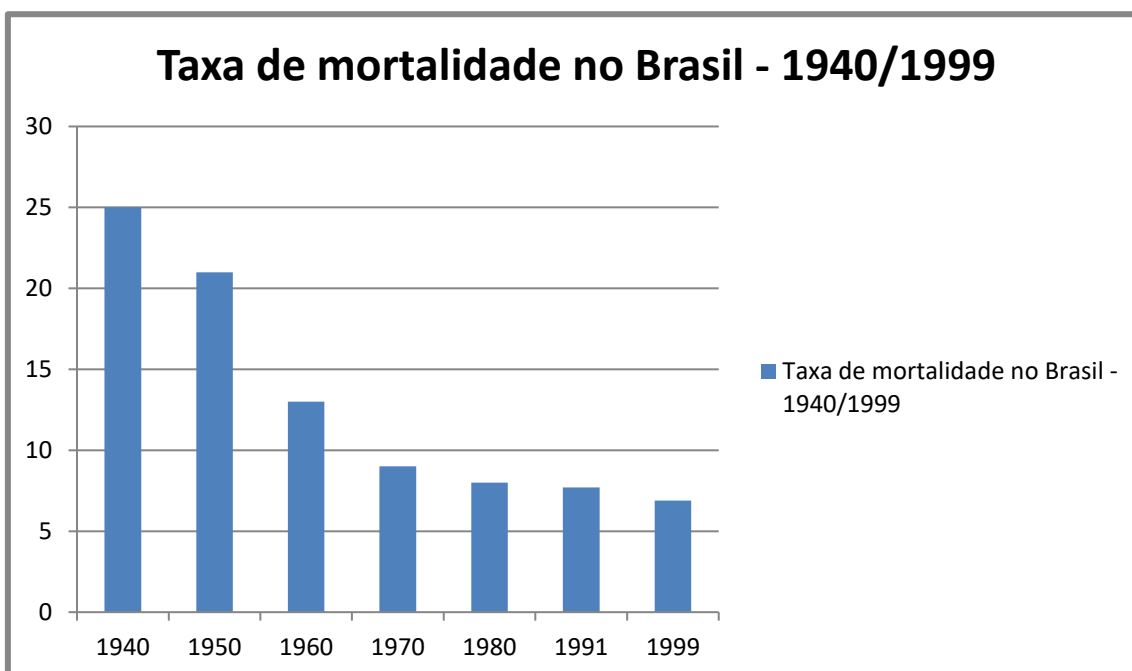


Figura 5: Taxa de Mortalidade no Brasil entre 1940 e 1999

Fonte: IBGE (2000).

O advento do rádio e da televisão radicalizou a forma de vida da sociedade, na medida em que o rádio, por exemplo, transformou-se no elo atrativo da população, que insistia em morar no campo, anunciava a chegada das novas fábricas e das novidades urbanas, fazendo assim, com que se expandisse o êxodo rural. Spósito (2012, p. 64) argumenta que,

[...] a cidade é, particularmente, o lugar onde se reúnem as melhores condições para o desenvolvimento do capitalismo. O seu caráter de concentração, de densidade, viabiliza a realização com maior rapidez do ciclo do capital, ou seja, diminui o tempo entre o primeiro investimento necessário à realização de uma determinada produção e o consumo do produto. A cidade reúne qualitativa e quantitativamente as condições necessárias ao desenvolvimento do capitalismo, e por isso ocupa o papel de comando na divisão social do trabalho (SPÓSITO, 2012, p. 64).

Nesta perspectiva, discutem-se as diversas dinâmicas de urbanização ocorridas no Brasil ao longo da história, focando o estado do Mato Grosso e a cidade de Rondonópolis, buscando compreender as relações de desigualdades sociais estabelecidas a partir da evolução desse processo.

## 1.1 AS TRANSFORMAÇÕES NA *URBE*: DESIGUALDADES SOCIAIS E IMPLICAÇÕES

As cidades se tornaram centros das relações produtivas, econômicas e políticas, e, também lugar de contradições, onde a prioridade, no que diz respeito à qualidade de vida e ao acesso às infraestruturas eficazes, são agregadas àqueles que detêm a qualificação e o poder que, paralelamente, segregam as camadas menos favorecidas, despidas de qualificação e poder aquisitivo.

Nesta ótica, Dal Moro (1998) discute que o meio urbano, despreparado para absorver as demandas sociais e de infraestruturas dessas transformações, ao receber a população marginalizada do campo, segrega-a, introduzindo-a e forçando-a a submoradia, ao subemprego e a subescola. Estas situações se tornam cada vez mais alarmantes dentro do espaço urbano, na medida em que o trabalho exigido pela indústria, ou mesmo, pelo setor terciário (serviços) exige devida qualificação, ou mesmo, certo grau escolar, ou seja, quesitos raros, principalmente, nas pessoas oriundas do campo.

Estes novos setores da cidade foram, com o decorrer do tempo, fundindo-se num tecido urbano compacto. Isto implica dizer que as próprias periferias das cidades brasileiras foram se subdividindo em espaços diferentes, de acordo com a camada social e o espaço de trabalho, não sendo, portanto, somente lugares de pobres e marginalizados, mas também, espaço de pessoas com melhores condições de existência que, por não conseguirem moradias nos lugares centrais, ou mesmo, por obterem menos recursos, migraram para estas áreas suburbanas.

Maricato (2011, p. 20) complementa que “foi com o Banco Nacional de Habitação (BNH) criado pelo regime militar a partir de 1964, que as cidades brasileiras passaram a ocupar o centro de uma política destinada a mudar seu padrão de produção”. A partir desse período, a quantidade de investimento e aplicação de recursos na questão habitacional chegou a um nível nunca visto no país. O Sistema Financeiro de Habitação (SFH) com iniciativas junto ao mercado privado consolidou uma política habitacional nunca vista, principalmente com a verticalização e a construção de apartamentos, gerando o que se chamou de “Explosão Imobiliária”.

Por outro lado, esse novo mercado imobiliário e habitacional em expansão não democratizou o acesso à terra ou terrenos, apartamentos e casas, pois, para a grande massa trabalhadora que realmente necessitava de moradia e acomodação, o mercado não se abriu, priorizando as classes privilegiadas. Num período em que o desenvolvimento

econômico continuou acelerado, notou-se que o modelo funcionou criando uma nova classe média da cidade, porém, mantendo grandes aglomerações populacionais sem acessos a direitos e questões básicas ligadas à moradia e ao trabalho, conforme discute Maricato (2011, p. 22),

[...] as décadas de 1980 e 1990 foram chamadas de “décadas perdidas”. Isso ocorreu porque nos anos de 1980 aconteceu no país um grande declínio econômico e, na década de 1990, um enorme aumento da pobreza com impacto social, desemprego, além de outros problemas. Neste período o Brasil passou a ter grandes contingentes populacionais habitando em regiões suburbanas em condições sub-humanas, com a expansão de favelas e morros, regiões alagadiças e várzeas, totalmente sem infraestrutura e condições de moradia. Foi nesta época também que a região sudeste concentrou uma grande quantidade da pobreza brasileira e deu início a uma grande e alarmante onda de violência urbana até então nunca vista, como aumento no número de homicídios, roubos, assaltos, nunca vistos em nosso país (MARICATO, 2011, p. 22).

Ainda dentro desta perspectiva de transformação, levando em consideração a vida urbana, Spósito (2002, p. 74) afirma que,

[...] a acentuada divisão do trabalho imposta pelo capitalismo avançado se mostra de forma ainda mais definitiva no urbano. Isto quer dizer que os trabalhadores da cidade têm que comprar muito mais bens e serviços necessários à sua vida do que o homem do campo. Além disso, devido a alta densidade populacional, a vida na cidade não pode prescindir de infraestruturas, equipamentos e serviços urbanos que a vida do campo dispensa (SPÓSITO, 2002, p. 74).

Em outras palavras, a vida urbana se mostra totalmente diferente da rural, no sentido de que o morador da cidade não pode abrir mão de serviços essenciais para a garantia da saúde e da qualidade de vida e, além de tudo, a busca incessante pelo trabalho como elemento providencial para a sua sobrevivência, e a obtenção e consumo de produtos industrializados acelerou a necessidade de trabalhar, se qualificar e receber melhores salários, porém, esta dinâmica tornou-se complexa, pois os novos moradores urbanos não detinham qualificação necessária para a obtenção de um bom emprego e, conseqüentemente, um salário compatível com as novas necessidades que se estabeleciam.

Para Dal Moro (1998, p. 19) “a cidade, no sentido *Weberiano*, é o *locus* de imbricação material do mercado, onde a população local demanda produtos produzidos por um espaço extra urbano que oferta seus excedentes.” Implica dizer que a cidade torna-se o centro da produção e das relações econômicas, onde o consumo se consolida como elemento primordial para a sobrevivência do homem e da própria indústria. Se o

homem urbano não consumir, a indústria não se consolidará. Desta forma, os donos do capital se apropriaram de diversos subterfúgios para que seus produtos fossem consumidos, fazendo com que o homem urbano passasse a gastar ou usufruir de bens que, no universo rural, não lhe foram necessários.

A título de exemplo, na vida rural, as famílias viviam da horta do fundo de quintal onde plantavam seus alimentos, por isso, não tinham a necessidade de comprá-los como nas cidades. No campo, as famílias utilizavam medicamentos caseiros que, normalmente, curavam as enfermidades advindas. Na cidade, passaram a buscar remédios nas farmácias e postos de saúde, enfim, as famílias passaram a ter vários gastos que não existiam na zona rural, determinando mudanças drásticas em suas formas de vida.

Além disso, a sistematização da vida urbana trouxe uma mudança de paradigma e de pensamento, pois o homem urbano tem que trabalhar para terceiros visando produzir benesses ao dono do capital e, em troca, receber um salário que normalmente era incompatível com os seus ideais e necessidades.

## 1.2 O ESTADO DO MATO GROSSO E A CIDADE DE RONDONÓPOLIS: O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E ASPECTOS HISTÓRICOS

Quanto à formação do espaço geográfico, do ponto de vista da produção espaço-temporal, especificamente na Microrregião de Rondonópolis, Monteiro (2004) considera que a análise desse processo permite estabelecer três períodos ou momentos distintos: o primeiro período de colonização vai de 1902 a 1930; que corresponde ao período inicial, quando no antigo território habitavam os indígenas da etnia Bororo. Em agosto de 1915, foi promulgado o Decreto-Lei nº 395 pelo governo do Mato Grosso, determinando a doação de 2.000 hectares destinados à formação do patrimônio da região do Rio Vermelho, denominação que perdurou até 1919, quando, em homenagem ao Marechal Cândido Rondon, passou a denominar-se Rondonópolis MT. Mas o povoamento desta parte de Mato Grosso teve início de fato a partir de 1940, quando, com as políticas destinadas à Marcha para o Oeste, começou a se formar a fronteira agrícola brasileira.

O segundo período de colonização corresponde à implantação das colônias, entre 1947 e 1960, coincidindo com a chegada dos primeiros pecuaristas. Foi uma época em que o poder público doou terras para colonos por intermédio da colonização pública e privada.

Nestes programas de colonização, foram criados alguns municípios, como Jaciara, Rondonópolis e Poxoréo. Já em 1947 deu-se a criação da rodovia Cuiabá–Campo Grande, que permitiu o acesso de novos migrantes à aquisição de terras na região.

Entre 1950 e 1960, chegaram pecuaristas mineiros e paulistas, que adquiriram grandes fazendas. Neste surto migratório começou o processo de pecuarização. A proporção entre o preço da terra em São Paulo e em Rondonópolis era, na época, o equivalente a 7 ou 8 por 1, ou seja, cada alqueire da região do Vale do Paraíba correspondia a 7 ou 8 em Rondonópolis, nas zonas de “terras de cultura” e, no caso das áreas do cerrado, onde o preço era consideravelmente menor. O sistema de arrendamento foi um regime de exploração agrícola utilizado nesta fase.

O terceiro período foi marcado pela transição de uma agricultura tradicional para uma agricultura e pecuária profissionalizada e mecanizada. Em meados de 1970 ocorreu a chegada de um novo ator, que mudaria totalmente a concepção da produção

agropecuária, ou seja, um novo perfil de produtor, que por meio de novas tecnologias e gerenciamento, culminou em mudanças na organização do território.

Ainda se pode analisar a produção espaço-temporal da região por meio da fronteira, pois organiza e estrutura o território no espaço-tempo em Mato Grosso. De acordo com Diniz (2003), a fronteira pioneira representa os assentamentos pioneiros caracterizados pela ausência de mercados de terra e de trabalho, por rápido crescimento populacional via imigração e por grande disponibilidade de terra.

Há também o caso das fronteiras urbanizadas, que fazem parte de uma herança dos embrionários núcleos urbanos criados no coração dos projetos de colonização, muito frequentes na região amazônica e em Mato Grosso, que integra essa região. Seu crescimento é condicionado pelo processo de evolução das áreas de assentamento circunvizinhas, tornando-se, portanto, entidades inseparáveis dos projetos agrícolas dos quais se originaram. Os núcleos urbanos de Pedra Preta, Juscimeira, Jaciara e São Pedro da Cipa, conforme apresenta a Figura 6, são partes destes projetos na microrregião. As transformações estruturais no seu entorno intensificaram os movimentos rural e urbano, aumentando o tamanho e a complexidade dos núcleos. Estes podem crescer o suficiente nessa complexidade e na organização, a ponto de se tornarem novos municípios.

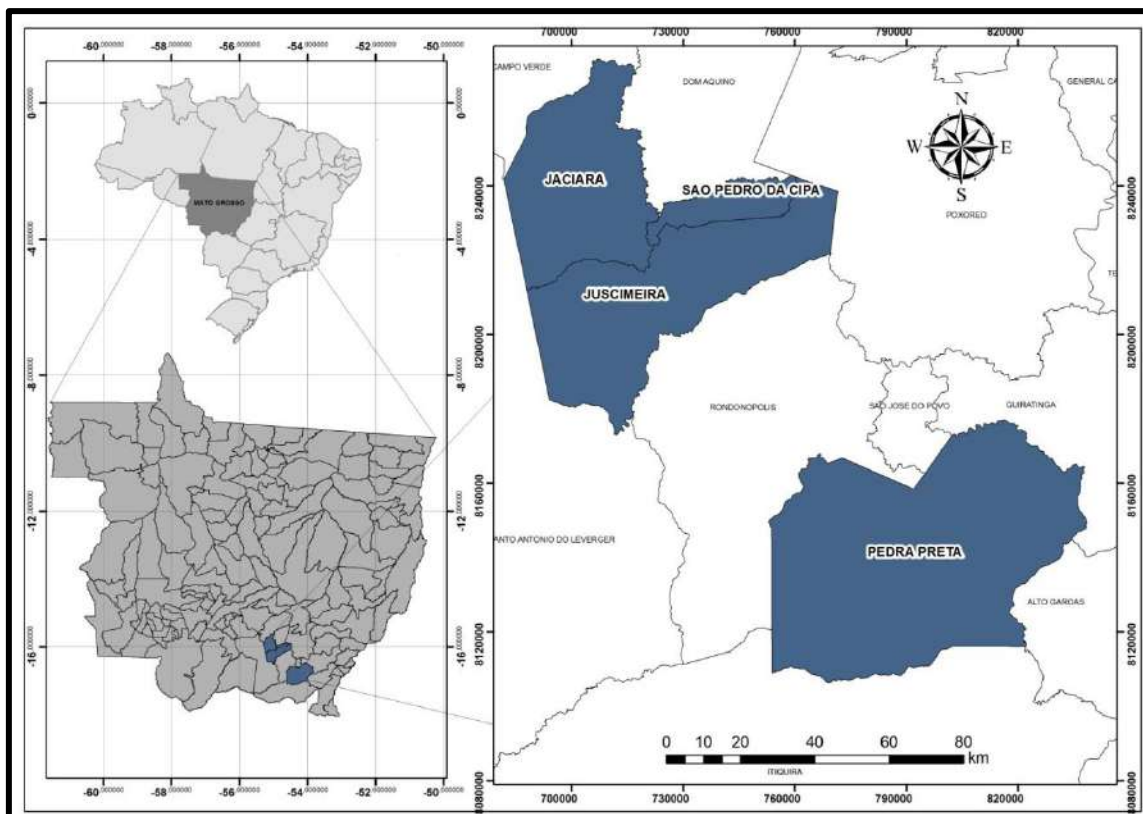


Figura 06: Mapa da região sudeste de Mato Grosso  
Fonte: BRASIL (2010); RONDONÓPOLIS (2014).

Esses lugares constituem centros de concentração e redistribuição de mão-de-obra, formada por ex-colonos e migrantes que não conseguiram acesso a terra. À medida que os centros ganharam dinamismo, tenderam a receber também migrantes oriundos de áreas urbanas, atraídos pelo crescente setor terciário, como é o caso da cidade de Rondonópolis. Nestas áreas, o desejo de adquirir terras ainda é um importante estímulo à imigração.

Na microrregião, a fronteira agrícola mecanizada encontra-se, teoricamente, em um estágio de mecanização avançado, no qual os núcleos urbanos se estruturaram a partir dos projetos de colonização. Em outras palavras, o processo de reestruturação territorial da Microrregião de Rondonópolis caracteriza-se atualmente por uma “fronteira urbanizada”. Por outro lado, pode-se dizer que, até 1970, a ocupação do território em termos locais era uma questão de segurança nacional, geopolítica e demográfica, mas a ocupação econômica e a efetiva integração econômica de Mato Grosso no cenário internacional verificaram-se posteriormente, ou seja, a partir de 1970.

Esta fronteira urbanizada fez da cidade de Rondonópolis uma cidade-região na Mesorregião Sudeste Mato-Grossense. De acordo com Rosso (1999), a influência da cidade na malha urbana desta mesorregião é fato cristalizado, concretizado, pois, se aglutina a maior parcela das atividades comerciais, econômicas e de prestação de serviços circunscritas no espaço, principalmente aquelas revestidas de um elevado conteúdo técnico.

Nos dias de hoje, a Microrregião de Rondonópolis constitui uma das regiões mais polarizadas do Estado de Mato Grosso, estabelecendo-se graças ao seu desenvolvimento, como área de influência em seu entorno, o que a caracterizou como cidade-região, tornando-se um centro que coordena e organiza as atividades produtoras. Este arranjo permitiu a ela uma série de funções em relação às demais cidades da microrregião. É importante ressaltar que essa pujança da cidade de Rondonópolis é um desdobramento do vigente processo de modernização agropecuária.

Vale destacar que “Entre as décadas de 1940 e 1980 a economia brasileira aumentava a índices maiores que 7% ao ano, porém, a riqueza gerada permaneceu ainda concentrada” (Maricato, 2011, p. 20). No entanto, mesmo com esta concentração de renda, esse alto crescimento econômico influenciou na melhoria de vida da população, principalmente aquela que abandonou o ruralismo tentando melhores condições de sobrevivência no espaço urbano.

Na cidade de Rondonópolis, por exemplo, o valor do imóvel não é ou era acessível a toda população que reside no espaço citadino e a falta de moradia e espaço

para formação de bairros não é o fator que prepondera esse processo. Pelo contrário, na cidade ainda se notam vários espaços vazios, decorrentes da especulação imobiliária, presente em todos os Estados do Brasil, que, de sobremaneira, norteia o processo habitacional, tornando o preço dos terrenos e casas, principalmente aqueles de melhor localização muito altos, pois ao contrário de locais afastados, em lugares privilegiados existem dotação de infraestrutura e serviços essenciais à qualidade de vida.

### 1.3 A EVOLUÇÃO URBANA DE RONDONÓPOLIS, MATO GROSSO

O município de Rondonópolis encontra-se estrategicamente posicionado num entroncamento entre duas importantes rodovias federais, sendo a BR-364 e BR-163. Estas duas rodovias interligam várias regiões do Brasil, e por elas são escoadas a produção agropecuária e industrial de Rondonópolis para as diversas regiões do país, principalmente o sudeste e sul, abastecendo os portos, impulsionando assim, a exportação agrícola nacional. Sua expansão urbana é resultado justamente desse entroncamento rodoviário somado à construção de rodovias no seu eixo locacional.

De acordo com Mello (2012) na década de 1960 houve a aprovação de onze bairros rondonopolitanos, mas, na década de 1970 se sucedeu um maior crescimento urbano da cidade, impulsionando o deslocamento de inúmeros migrantes e exploradores da região, principalmente os oriundos da região sul, atraídos pela política governamental de desenvolvimento de fronteiras agrícolas. Dentro desta premissa, Rondonópolis se transformava em um grande centro de especulação imobiliária, no qual começou efetivamente a direcionar e orientar o crescimento da malha urbana. Desta maneira, dos loteamentos implantados nessa época, outros já começaram a serem criados distantes do núcleo inicial, até mesmo, ultrapassando os limites naturais impostos pela hidrografia local, ou seja, os rios, Vermelho e Arareau.

Assim surgiram vários loteamentos a fim de abrigar a demanda por habitação que existia na época e também, por conseguinte, alimentar a especulação imobiliária que passava a existir na cidade em virtude de seu pujante desenvolvimento. A população passa a ocupar os bairros distantes de Rondonópolis, visto que a centralidade comercial já não comporta os moradores que possuem baixa renda, ficando disponível aos detentores do capital, pois a cidade começou a crescer em um ritmo acelerado.



Segundo Mello (2012), nos anos de 1980, a população urbana do município continua a se expandir, assim, foram aprovados setenta e um loteamentos, que não seguiram uma lógica do perímetro urbano, criando vários espaços vazios na cidade.

Esses bairros foram sendo formados ao entorno da cidade, muitas vezes desconectados com o centro urbano, criando assim lacunas, vazios entre um bairro e outro, ou seja, mesmo entre a área central e a parte mais distante, existem esses espaços ociosos. Esse tipo de processo entra em desacordo com o Plano diretor da cidade (Anexo B), que em tese, legisla a favor da formação de bairros de maneira planejada, ordenada, organizada, sem a presença de interesses obscuros, alheios às necessidades da população. Neste contexto, impedem as mudanças almejadas e tão necessárias para o desenvolvimento da cidade como um todo, visto que, sem o devido planejamento legal, acaba acarretando os múltiplos problemas sociais urbanos.

Como pólo econômico, na década de 1990, Rondonópolis passa a ser considerada a capital nacional do agronegócio, caracterizando-se pela modernidade agrícola e expansão do setor agroindustrial, tendo como consequência desse reconhecimento a atração de muitas pessoas para a região em busca de melhorias nas condições de trabalho e renda, enfim, melhorias de vida. Desta forma, a cidade foi se expandindo cada vez mais, onde foram criados loteamentos a fim de abrigar essa nova demanda populacional, mas nem todos estavam regularizados pela prefeitura.

Demamann (2011) salienta que, mesmo com a maior participação da Prefeitura Municipal na instalação de loteamentos, não são suficientes para a demanda social, ainda que tais loteamentos tenham sido construídos em áreas de periferia, valorizando os espaços vazios que ficaram neste meio, reproduzindo o capital de iniciativa privada.

Na década de 1990 políticas públicas foram adotadas para que a cidade tentasse atender melhor a demanda populacional na área habitacional, principalmente com a aprovação do Plano Diretor (1994) para a cidade. O objetivo primordial do projeto era buscar o equilíbrio entre a produção do espaço urbano feito de forma racional e os interesses do mercado imobiliário (NEGRI, 2008). Dessa época, Nardes (1997) retratou a descentralização comercial do centro principal, onde se criaram novos espaços comerciais, pois a cidade cresceu em um ritmo acelerado, com destaque para a Avenida *Lions* Internacional.

Chega-se ao século XXI e o município de Rondonópolis passa a se destacar pelo surgimento de três novos distritos, que gerou a instalação de indústrias de grande porte e contribuíram para a diversificação da economia municipal (MELLO, 2012) e com isto, Rondonópolis possui atualmente 296 bairros, por enquanto e, apesar de ser um

município promissor na economia estadual e nacional, apresenta graves problemas sociais na sua organização espacial. Nota-se ainda na mancha urbana a ocorrência de segregação residencial, que, como em várias metrópoles, acontece também em cidades de porte médio, onde se torna necessário um planejamento adequado e discutido com a população.

Nesta perspectiva, o próximo capítulo buscará fazer um contraponto entre as transformações do cerrado e a evolução urbana de Rondonópolis a partir do zoneamento proposto no Plano Diretor e Estatuto das Cidades.

## **CAPÍTULO 2 – DO BIOMA NATURAL DO CERRADO AO ZONEAMENTO URBANO NA CIDADE DE RONDONÓPOLIS, MATO GROSSO: PERSPECTIVAS NO PLANEJAMENTO**

Diante das transformações ocorridas no espaço urbano deste universo de estudo, e da história da Rondonópolis, uma questão nos inquieta e a discutiremos neste estudo. Como era o bioma do cerrado antes do processo de modernização da economia na Microrregião de Rondonópolis? Diferentes estudos indicaram que era constituído pela presença de grandes áreas naturais ainda pouco devastadas, e a ocupação humana dava-se, principalmente, nas áreas de extração mineral.

Os meios de produção utilizados nas áreas de “terras de cultura” ou nas áreas de cerrado proporcionaram menos implicações geoambientais do que os atuais. A antiga exploração da terra baseava-se em instrumentos rudimentares, de baixo poder destrutivo do cerrado, como, por exemplo, a roça de toco, que utilizava a enxada; por outro lado, o desmatamento baseado em machados e motosserra é muito lento, ao contrário do desmatamento efetuado atualmente por tratores, que destroem dezenas de hectares de matas em poucas horas (WEBER, 2001).

Esses novos atores econômicos acionam o seu território de modo mais racional, são mais articulados politicamente e dispõem de uma ação social eficaz, com objetivos definidos, condicionada pelo conhecimento técnico-científico, segundo análise de Weber (2001). Além do mais, atualmente, é por intermédio deste conhecimento que se criam as condições ideais para a busca da mais-valia. Vale lembrar, neste momento, que a ocupação econômica aconteceu, efetivamente, a partir de 1970, principalmente por meio da utilização do conhecimento técnico-científico. Os bairros neste contexto de exploração de solo são criados em espaços vazios e, muitas vezes, destinados a desafogar o centro, assim, o espaço urbano é produzido sobre o espaço além urbano, por fatores de natureza política, social e econômica, urbanizando o rural.

O Cerrado é o bioma que se encontra principalmente, na região centro oeste do Brasil, parte do Brasil onde está inserido o Mato Grosso. Além do mais, encontramos cerrado no oeste de Minas Gerais, sul do Maranhão e Piauí.

Para Martins e Alho (1995), os solos da área do cerrado são de sedimentos que se originam do Terciário, bastante profundos, azonados, de cor vermelha, porosos, permeáveis e bem drenados, portanto, muito lixiviados. São geralmente pobres em

nutrientes, devido à sua origem associada a depósitos sedimentares antigos, que vêm sofrendo pedogênese há milhares de anos.

Os autores ainda complementam que o clima predominante da região do cerrado é o tropical com duas estações bem definidas (uma seca e outra chuvosa) e cujos solos possuem uma composição arenosa. Possuem características ímpares como a presença de árvores de galhos tortuosos e de pequeno porte; suas raízes são profundas e, isto acontece, devido a busca de água em regiões profundas do solo, em momentos de seca; suas árvores possuem cascas muito duras e grossas; seu solo se caracteriza por apresentar cor avermelhada, em função da grande presença de óxido ferroso e por apresenta pH baixo.

São estas características e conceitos que de sobremaneira existiam aqui em Rondonópolis, quando ainda da não existência da cidade, pois as áreas remanescentes do cerrado mostram tais componentes. O município é rodeado por esta vegetação, que fora derrubada não só para a construção da cidade, mas também para a produção agropecuária, como criação de gado, produção de algodão, soja e outros produtos. Rondonópolis tornou-se a partir dos anos de 1980, um dos maiores celeiros brasileiros na produção agropecuária, vitimando cada vez mais o bioma do cerrado.

A cidade de Rondonópolis foi se desenvolvendo, crescendo e se expandindo em meio ao ambiente do cerrado, onde novos loteamentos foram aparecendo em detrimento desse bioma. Nos quatro cantos da cidade foram abertas clareiras de desmatamento para abrigar novos loteamentos, fomentando assim, a criação de novos bairros e loteamentos. Nos dias de hoje observam-se áreas remanescentes do cerrado espalhadas no entorno de Rondonópolis, notabilizando assim, como era a atual parte urbana da cidade. Desta forma, a cidade de Rondonópolis se expandiu a partir do processo produtivo agrícola, sendo este setor responsável pela vinda de uma grande leva de migrantes oriundos do nordeste e do centro sul do Brasil.

Atualmente, Rondonópolis é uma cidade polo que possui a segunda maior economia do Mato Grosso e a terceira maior população, sendo ainda uma zona de atração populacional que ainda se encontra num intenso processo de desenvolvimento, principalmente a partir da chegada de novas empresas e indústrias, como a América Latina Logística (ALL), a Cervejaria Petrópolis, além de outras, todas, devidamente instaladas em regiões de cerrado, ao entorno do município.

## 2.1. O PLANO DIRETOR E O SURGIMENTO DO ZONEAMENTO

Para compreender o que é plano diretor, tem-se como pressupostos as profundas transformações ocorridas no Brasil durante o século XX, principalmente no que se diz respeito ao processo de formação e desenvolvimento de suas cidades, marcado pela intensa migração da população da zona rural para a zona urbana, principalmente para os grandes e médios centros discutidos no capítulo anterior. De acordo com Silva Junior (2006, p. 7),

[...] este processo não foi acompanhado pela execução de políticas públicas eficazes em acomodar o novo contingente de pessoas que vinham morar nas cidades, o que causou grandes desequilíbrios sociais, econômicos e ambientais. Daí vieram as favelas, a miséria e todas outras formas de exclusão social (SILVA JUNIOR, 2006, p. 7)

As diretrizes do Estatuto da Cidade devem ser utilizadas pelo município de acordo com as características locais. Nesta perspectiva, a importância do plano diretor para o desenvolvimento municipal, bem como seu objetivo é garantir o desenvolvimento das funções econômicas, sociais e ambientais do município, gerando um ambiente de inclusão socioeconômica de todos os cidadãos e de respeito ao meio ambiente. Como se pode ver, o plano diretor é a base do planejamento do município, cabendo a ele a tarefa de articular as diversas políticas públicas existentes, fazendo-as convergir para uma única direção.

A lei do plano diretor deve ser revista, pelo menos, a cada dez anos e suas diretrizes e prioridades devem ser incorporadas pelas leis orçamentárias (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual). Trata-se de uma Lei fundamental para gerir o direcionamento urbano da cidade, aonde se tem como base o planejamento urbano e nortear as ações de desenvolvimento da cidade, propondo, assim, o zoneamento urbano e muitas outras ações, conforme sanciona a Lei complementar nº 043, de 28 de dezembro de 2006, do Plano Diretor de Rondonópolis (Anexo B).

Dentro desta premissa de formação de novos bairros em Rondonópolis é que questiona-se a racionalidade desses processos. Será que estes loteamentos e bairros são criados de acordo com o Plano Diretor? Será que todo esse processo de crescimento desordenado de Rondonópolis se faz de acordo com as mais recentes legislações urbanas? As respostas vão sendo compreendidas quando se observam, por exemplo, os interesses que estão por detrás desses loteamentos, tais como, algumas ações políticas

inconvenientes, que levam pessoas menos favorecidas para áreas distantes da cidade, totalmente sem infraestrutura, em desacordo total com a legislação vigente, como foi o caso da formação do bairro Alfredo de Castro, um dos bairros onde se realizou a pesquisa *in loco*.

A lei complementar nº 043, de 28 de dezembro de 2006 (ANEXO B) que dispõe sobre a instituição do Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Município de Rondonópolis no seu Capítulo 1, Artigo 2 preconiza que “O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental é o instrumento básico do planejamento territorial de Rondonópolis-MT e da política de desenvolvimento urbano sustentável, aplicável à totalidade do território municipal, cuja finalidade é emanar condições indispensáveis à implantação de um desenvolvimento ordenado, sempre voltado para o progresso do Município e o bem-estar de seus habitantes”.

De acordo com a análise de formação de bairros atualmente existentes, como por exemplo, no caso do bairro Alfredo de Castro, nota-se que a observância da lei não vem sendo feita, haja vista que foi instituído de forma politicamente alienada, excludente, onde pessoas receberam terrenos e loteamentos em lugares sem infraestruturas, e, posteriormente, tiveram que construir suas casas e tentar a subsistência, em área distante, cerca de 10 quilômetros do centro urbano, sem pavimentação, sem saneamento básico, sem escola, sem posto de saúde, enfim, sem nenhuma condição básica de qualidade de vida.

Diante do crescimento das cidades, o zoneamento surgiu com o fim específico de delimitar geograficamente áreas territoriais, cujo objetivo é estabelecer regimes especiais de uso, gozo e fruição da propriedade. O zoneamento está inserido e integra o processo de planejamento permanente dos municípios juntamente com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, estando alocado, especificamente, no Plano Diretor, como instrumento básico da política de desenvolvimento urbano.

Tem como objetivo promover a ordenação dos espaços habitáveis do município e sistematizar o desenvolvimento físico, econômico e social do território local, visando sempre o bem-estar da comunidade, possuindo também a função de dispor sobre as vias, o zoneamento e os espaços verdes, dando-lhes as diretrizes (SANTANA, 2006).

Em outras palavras, o Plano Diretor fixou as linhas gerais para que a lei de uso e ocupação do solo detalhasse com precisão a ordenação do solo no município. Nesse sentido, o zoneamento é o instrumento de materialização do Plano Diretor. Assim, a

ordenação do uso e ocupação do solo é um dos aspectos primordiais do planejamento urbanístico.

A aplicação de diversos instrumentos legais para essa mencionada ordenação tem se efetivado sob o conceito de zoneamento do solo. O zoneamento é um instrumento amplamente utilizado nos planos diretores, através do qual a cidade é dividida em áreas sobre as quais incidem diretrizes diferenciadas para o uso e a ocupação do solo, especialmente os índices urbanísticos.

O zoneamento foi utilizado pela primeira vez na Alemanha, mas foi nos Estados Unidos que ele ganhou força, a partir do início do século XX (LEUNG, 2002). Alguns de seus principais objetivos são: controle do crescimento urbano; proteção de áreas inadequadas à ocupação urbana; minimização dos conflitos entre usos e atividades; controle do tráfego; manutenção dos valores das propriedades e do *status quo, entre outros* (JUERGENSEMEYER; ROBERT, 2003).

No Brasil, o zoneamento ambiental foi previsto como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) – Lei 6.938/81, tendo por objetivo “a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana”. Além disso, o zoneamento também está previsto no Estatuto da Cidade – Lei 10.257/01 em seu artigo 4º.

## 2.2 O ZONEAMENTO URBANO NA CIDADE DE RONDONÓPOLIS: CARACTERÍSTICAS E DESAFIOS

Na linguagem popular zoneamento é a ação ou efeito de zonedar, dividir por zonas, separar uma área urbana em setores reservados a certa atividade. Diante da expansão urbana, o zoneamento apareceu com o objetivo específico de delimitar geograficamente áreas territoriais, cujo objetivo é estabelecer regimes especiais em seu uso, gozo e fruição da propriedade (DORNELES, 2010).

De acordo com o referido autor, a efetiva aplicação do zoneamento tem como propósito a proteção e a manutenção dos recursos naturais e ambientais, através de um planejamento que vise garantir o desenvolvimento das funções sociais e ambientais das cidades, a fim de proporcionar o bem estar dos munícipes locais e, logicamente, manter o meio ambiente ecologicamente preservado.

Mukai (2004) expressa que o zoneamento é a divisão da comunidade em zona para o fim de regular o uso da terra e dos edifícios, a altura e o resultado das construções, à proporção que estas possam ocupar e a densidade demográfica.

Verifica-se, ainda, num primeiro momento, que o zoneamento nada mais é do que o instrumento legal posto à disposição do poder público, para que com ele sejam definidos os diversos setores citadinos, catalogando-os de acordo com seus diversos usos à vista das diferentes atividades.

Dessa forma, são definidas as “Zonas de uso” caracterizadas por Silva (2007), como sendo: zona de usos estritamente residencial; zona de uso predominantemente residencial; zona de uso misto; zona de uso estritamente industrial; zona de uso predominantemente industrial; zona de uso comercial; zona de uso de serviços; zona de uso institucional (educação, saúde, esporte, cultura, assistência social, culto, administração e serviço público); zona de usos especiais e zona de uso turístico.

Mesmo com as possibilidades de intervenção ampliadas pelos novos mecanismos legais, como o Estatuto da Cidade, normalmente, a maior parte das prefeituras municipais continua a propagar em seus Planos Diretores de desenvolvimento, sobretudo no que diz respeito às especificidades do zoneamento urbano, as propostas que simplesmente regulamentam usos e atividades no território, da forma tradicional, ou seja, com pouca inovação, e atribuindo a estes espaços uma qualificação nem sempre adequada, ou simplesmente imposta.

Esta lógica caracteriza que nem sempre as prefeituras e seus gestores levam em consideração a integridade da lei que ampara o zoneamento urbano e, principalmente, o Plano Diretor, que é a lei maior quando se fala em questão urbana no município.

Para Silva (2007), é seguro que a definição e a catalogação das diversas combinações possíveis somente podem ser aferidas e tomadas diante de uma dada realidade que considere as condições locais. É certo, ainda, que “o solo urbano (como os das zonas de expansão urbana, o das zonas urbanizáveis e aqueles de interesse urbanístico especial) se destinasse ao cumprimento das funções urbanas de habitar, trabalhar, circular e recrear”.

Segundo Villaça (1995, p. 45), entende-se por zoneamento:

“[...] a legislação urbanística que divide em zonas toda a área urbana e de expansão urbana dos municípios, sendo que, para cada uma a lei define: o coeficiente máximo de aproveitamento dos terrenos, a taxa máxima de ocupação dos terrenos e, finalmente, os usos permitidos e proibidos na zona.” (Villaça, 1995, p.45).



Ainda segundo o autor, o zoneamento urbano, atualmente parte integrante de qualquer Plano Diretor, não deve ser confundido com o mesmo (Plano Diretor), pois foi, historicamente, implantado muitas vezes de forma independente através de lei específica. Com esta caracterização, Villaça demonstra que se faz necessário o zoneamento urbano, pois, na lei, preconiza que a organização e estruturação urbana se processam através dele. Isto se observa com clareza quando da análise dos bairros de Rondonópolis, onde muitos, principalmente na parte leste do município, foram criados sem a dotação de nenhuma infraestrutura que viessem de encontro com os moradores da área. Loteamentos recentemente criados como, por exemplo, o Alfredo de Castro e o Ananias Martins, além de outros, demonstram esta realidade, criados em desacordo com a lei nº 2.119 de 14 de março de 1994, que instituiu o Zoneamento Urbano do município de Rondonópolis. Neste sentido, Corrêa (2007, p. 80) contribui, afirmando que,

[...] a consciência da existência de uma organização espacial urbana desigual, caracterizada por uma complexa divisão técnica e social do espaço, associada a uma enorme diferença nas condições de vida dos diversos grupos sociais da cidade, tem gerado, a partir da década de 1960, um novo modo de manifestação das lutas sociais. São os denominados movimentos sociais urbanos (CORRÊA, 2007, p. 80).

Esta dinâmica expressa à falta de políticas públicas que venham de encontro à geração de qualidade de vida, principalmente àqueles que habitam na periferia de Rondonópolis, onde loteamentos e bairros são criados sem nenhuma condição de vida digna, sem nenhuma infraestrutura no segmento da saúde pública, da educação, do lazer, da pavimentação, do saneamento básico, do transporte, e dentre outros aspectos tão preponderantes à dignidade e a cidadania. Sendo que neste fato em análise, é o caso do bairro Alfredo de Castro e todo o seu entorno, criados basicamente por interesses politiqueros, cuja população clama pelo mínimo possível de infraestruturas. E, a partir dessa realidade, é salutar que se organizem movimentos sociais urbanos, reivindicatórios e preocupados com as causas coletivas, que beneficiem as comunidades.

### 2.3 A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO E A REESTRUTURAÇÃO ESPACIAL DA MICRORRÉGIAO DE RONDONÓPOLIS

Teoricamente, o termo ocupação do território não indica somente ocupação baseada na incorporação de novas terras ao processo produtivo, ou aquela de caráter econômico ou demográfico, mas também, a apropriação do espaço geográfico que é cristalizada pelo movimento, ou seja, é um processo que, ao mesmo tempo, pressupõe

que o território sempre é objeto de ocupação e apropriação de atores sociais que estabelecem relações de poder, como a “burguesia do agronegócio” e o próprio poder público, ou seja, é o território polarizado por relações sociais de poder.

Neste sentido, compreende-se a ocupação econômica como sendo os desdobramentos das políticas públicas de investimento estabelecidas a partir de 1970, que tiveram como objetivo explícito construir na região condições altamente favoráveis para a reprodução ampliada do capital, sem esquecer que estas políticas se estabeleceram de forma racional, sintonizada com o empreendimento técnico-científico a partir de um projeto desenvolvimentista.

Isto não significa dizer que as políticas públicas de investimento antes de 1970 eram desprovidas de preocupação com o crescimento econômico, mas que tais políticas, entre 1940 e 1970, explicitaram como foco, o estabelecimento de uma infraestrutura básica, com ações, tais como: a construção de rodovias, de pontes, a criação de núcleos urbanos (projetos de colonização), entre outras, para dar sustentabilidade à reprodução do capital, tendo como objetivo principal a consolidação da integração nacional e a ocupação demográfica com vistas à manutenção do território. No entanto, a partir da década de 1970, as políticas públicas de investimento se tornaram mais explícitas no que diz respeito à ocupação econômica do cerrado mato-grossense.

Neste contexto, pode-se observar que, no Mato Grosso, a partir de 1970, o capital, com o apoio do Estado, reestruturou o território com novos elementos como a introdução do conhecimento técnico-científico na produção agrícola no cerrado e a integração da indústria à agricultura, para atender a uma demanda do mercado internacional e à dinâmica da balança comercial brasileira. Em consequência, a microrregião foi homogeneizada internamente, com a predominância de uma das formas do capital, neste caso a agropecuária mecanizada, como discute Oliveira (1977).

No processo de formação e reestruturação espacial da microrregião, as políticas públicas de investimento constituíram condicionamentos significativos no sentido de favorecer o imigrante a territorializar-se em Rondonópolis, Mato Grosso. Este direcionamento indica que a ação do Estado consolida a reprodução social dos espaços regionais por meio de sua competência política de planejar o território, tanto o urbano como o rural. As políticas públicas propiciaram condições favoráveis, não somente, para a reprodução social do espaço, mas, sobretudo, para a reprodução econômica do território.

Ainda, assegura as condições ideológicas quando se trata da unidade e da “coesão territorial”, isto é, contribui para que os indivíduos reconheçam seu espaço

vivenciado e percebido. Não se pode esquecer que o processo de produção do território é determinado pela infraestrutura econômica, mas, regulado pelo jogo político, o que implica na apropriação do espaço pelo ator social que territorializa esse espaço (BECKER, 1983).

Nestas condições, território é tanto um instrumento quanto um produto do “capitalismo nacional”, no caso brasileiro, por meio das estratégias espaciais implícitas e explícitas do Estado, que por meio desta ação intervencionista, mantém e expansão em larga escala da produção e reprodução privada do espaço geográfico, ou seja, fazem-se investimentos públicos para o enriquecimento cada vez maior de uma fatia da sociedade mato-grossense que se pode denominar de “burguesia do agronegócio”.

No processo de modernização das áreas agrícolas na porção central do Brasil, a política nacional-desenvolvimentista, aliada aos investimentos públicos em infraestrutura, entre 1968 e 1980, condicionou a expansão agrícola e a ocupação do cerrado e, sobretudo, procurou integrar os “espaços vazios” do Brasil Central e da Amazônia ao capitalismo do Sul-Sudeste. Determinadas áreas do cerrado foram, em maior ou menor grau, atingidas por políticas e programas governamentais de ação direta sobre a região ou sobre algumas de suas áreas, criando condições para a expansão de frentes de agricultura comercial, camponesa e especulativa, contribuindo para a intensificação da atividade econômica (MARTINS; ALHO, 1995).

A necessidade de novas atividades econômicas é uma característica do processo de produção e reprodução do espaço geográfico no atual regime de acumulação, no qual cada formação econômico-social procura organizar o território à sua maneira, de acordo com os interesses do grupo dominante e suas disponibilidades de técnica e ciência e de capital. Sendo assim, as transformações atuais que se verificam no espaço agrário brasileiro constituem o reflexo da política de modernização da agricultura aplicada pelos governos após a década de 1950.

Para isso, foram fundamentais os programas de incentivos e investimentos, tais como, o Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste Brasileiro (Polonoroeste), concebido como um programa de desenvolvimento regional implantado nas áreas cortadas pela BR-364 (Cuiabá – Porto Velho); o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro), instituído por meio do Decreto nº 75.320 de 29/01/75, com o objetivo básico de conquistar o cerrado, atingindo as frações territoriais goiana e mato-grossense (OLIVEIRA, 1991).

Também o Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento Agrícola da Região dos Cerrados (Prodecer), do governo Ernesto Geisel, que resultou de um convênio com

o Japão, em 1976; a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa); o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (Proterra) instituído em 06/07/1971 pelo General Médici, cujos objetivos eram promover o fácil acesso do homem a terra e criar condições de emprego e de mão-de-obra; o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia), que veio para territorializar os grandes monopólios na Amazônia, com a finalidade de promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais, em áreas prioritárias da Amazônia.

E, ainda, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), que foi denominada de “desenvolvimento regional e desenvolvimento nacional”, e baseando na ideologia da “segurança e desenvolvimento” da Escola Superior de Guerra; o Programa de Integração Nacional (Pin), criado em 1970; o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Prodoeste), instituído na década de 1980; a Companhia Mato-Grossense de Mineração (Matemat), que foi criada em 1976, com objetivo de fomentar a exploração, industrialização, transporte e exportação dos recursos minerais no estado (e funciona até hoje); a Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso (Codemat), a qual procurou criar uma infraestrutura em áreas já ocupadas e incentivar a ocupação das áreas de fronteiras e a integração do território estadual; o Programa Especial de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (Promat), que visava dar apoio básico de infraestrutura econômica e social ao estado, após a redivisão territorial e o Programa de Desenvolvimento Industrial de Mato Grosso (Prodei).

Se, de um lado, os resultados das políticas de implantação destes projetos foram marcados pelo favoritismo, pois o dinheiro público foi usado para beneficiar grupos privilegiados, acarretando na formação do espaço agrário estadual, com a terra sendo transformada em objeto mercantil de enriquecimento de alguns empresários (PIAIA, 1997). Por outro lado, estes programas constituíram verdadeiros “agentes” que promoveram a reestruturação territorial da microrregião de Rondonópolis.

A partir dessas discussões, o próximo capítulo se dedica a apresentar alguns conceitos e dinâmicas do território, enfatizando as linhas de pensamento idealista e integradora, na perspectiva de se atingir estudos geográficos integrados.

### CAPÍTULO 3 - O TERRITÓRIO E AS RELAÇÕES DE PODER

A partir de algumas concepções sobre o espaço geográfico, a presente pesquisa será parametrizada nas concepções idealistas e integradoras de território.

Haesbaert (2011) conceitua o território como elemento existente a partir das relações de poder mediadas em cada espaço, abrindo a possibilidade para a existência tanto de macros como de microterritórios, que apresentam variações internas a partir de duas lógicas de controle, que são: a lógica zonal e a lógica reticular, originando assim, o território-zona ou território-rede. Este conceito vem caracterizar a existência de diferentes poderes que se multiplicam a partir das diferentes realidades que possam haver nos diferentes espaços geográficos.

Para este autor, apesar de ser um conceito central para a Geografia, território e territorialidade, por dizerem respeito à espacialidade humana, têm uma certa tradição também em outras áreas. Cada uma com enfoque centrado em uma determinada perspectiva.

Discute Haesbaert (2004) que enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deve[ria] incluir a interação sociedade-natureza), a Ciência Política enfatiza a construção à partir de relações de poder (na maioria das vezes, ligada a concepção de Estado); a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto “força produtiva”); a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente, no estudo das sociedades ditas tradicionais (mas também no tratamento do “neotribalismo” contemporâneo); a Sociologia enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo.

Em seu conhecido livro “A Dimensão Oculta” Hall (1986) afirma que “território é considerado como um signo cujo significado somente é compreensível a partir dos códigos culturais nos quais se inscreve”. Isto implica dizer que o território pode ser compreendido a partir da análise das diferentes realidades que nele estão inseridas, sejam elas culturais, políticas, econômicas e sociais.

Spósito (2000, p. 176) contribui afirmando que, compreender de quem é a terra pode ter, também, o caminho metodológico, a análise das dinâmicas de apropriação do território. Neste contexto, o território possui ligações diretas com o poder, no sentido da

particularização do espaço, ou seja, esse lugar possui pertencimento, não é um espaço de ninguém.

Sobre a questão ligada ao território, sua apropriação e a dominação do espaço, Lefebvre (1986, p. 193) salienta que,

[...] a apropriação e a dominação do espaço deveriam aparecer juntas, “mas a história é também a da sua separação, da sua contradição”, e quem leva a melhor, gradativamente, é o dominante. A “reapropriação” dos espaços, premente nos nossos dias, envolve aquilo que denominamos, aqui, um processo de reterritorialização em sentido pleno. A Dominação tende a originar territórios puramente utilitários e funcionais, sem que um verdadeiro sentido socialmente compartilhado e/ou uma relação de identidade com o espaço possa ter lugar (LEFEBVRE, 1986, p. 193).

Desta maneira, associar o controle físico ou a dominação “objetiva” do espaço uma apropriação simbólica, mais subjetiva, implica discutir o território enquanto espaço simultaneamente dominado e apropriado, ou seja, sobre o qual se constrói não apenas um controle físico, mas também laços de identidade social. Simplificadamente pode-se dizer que, enquanto a dominação do espaço por um grupo ou classe traz como consequência um fortalecimento das desigualdades sociais, a apropriação e construção de identidades territoriais resultam num fortalecimento das diferenças entre os grupos, o que, por sua vez, pode desencadear tanto uma segregação maior quanto um diálogo mais fecundo e enriquecedor, afirma Haesbaert (2002, p. 121).

Nesta premissa de conceitos territoriais e características contemporâneas da sociedade, contextualizando-se as relações de poder, Haesbaert (2002, p. 122) contribui, discutindo que,

[...] as sociedades tradicionais eram mais territorializadas, enraizadas, e que a sociedade moderna foi se tornando cada vez mais “resificada” ou reticulada, quer dizer, transformada através de fluxos cada vez mais dinâmicos, marcados pela velocidade crescente dos deslocamentos, passando por um mundo “tradicional” mais introvertido para um mundo “moderno” cada vez mais extrovertido e globalizado. Isto não significa, entretanto, como parecem defender certos autores, que a desterritorialização, através de redes (especialmente as redes do capital financeiro e da sociedade de consumo), torna-se cada vez mais dominante, como se um processo inexorável rumo a um mundo “sem territórios” estivesse em vias de concretização (HAESBAERT, 2002, p. 122).

De acordo com Rodrigues (2000) não se pode construir a cidade do futuro se, não ficar claro, que o território é o elemento básico que converte o espaço da sociedade num lugar particularizado. O espaço é, assim, um aspecto não civil, mas é onde a sociedade civil se concretiza.

Nesta premissa, compreender território é ter a noção de que habitamos num espaço que, de certa forma, possui a administração de outro, de forças políticas que detêm a atribuição de conceder políticas públicas eficazes, que venham a garantir os direitos constitucionais ao cidadão que na cidade habita, trabalha, constitui família, se valoriza como sujeito mantenedor de sua realidade através do trabalho.

Ainda Spósito (2000) discute que as práticas se definem quando o território se modifica, ou seja, a cada nova geração, a cidade é desfeita, refeita, tornada outra, sem que os vincos do tempo possam marcar sua fisionomia, ou como se ela envelhecesse sem amadurecer. Desta forma, as transformações urbanas se sucedem a cada geração, e isto se dá na medida em que as dinâmicas produtivas venham se suceder, levando em conta a questão produtiva, política, social, tendo como cerne preponderante, a participação da população e o desenvolvimento da sociedade.

Nesta ótica, a questão proposta permite pensar sobre as formas menos objetivas de produção e apropriação do território da cidade. Esse enfoque propõe, segundo Spósito (2000) que se analise como uma sociedade articula o espaço e o tempo, de modo a construir uma representação daquilo que é a cidade, a partir de suas formas de inserção e participação no processo de produção e apropriação do território urbano, ou seja, a população deve ser dotada de condições de trabalho, de tal maneira, que promova junto com os entes públicos o desenvolvimento cidadão, pois a cidade não existe sem a sua população, e o território se torna de ninguém quando não há a participação de todos os atores no processo, sejam eles entes federados ou públicos ou mesmo a sociedade civil organizada.

Pretende-se, neste momento, discutir alguns conceitos de território, buscando a compreensão de linhas de pensamento que retratam uma visão idealista e integradora desta categoria de análise geográfica, na perspectiva de contribuir para o desenvolvimento de estudos geográficos críticos e integrados.

### 3.1 O TERRITÓRIO NA PERSPECTIVA IDEALISTA

No sentido de parametrizar o atributo idealista na dinâmica territorial, Godelier (1976, p. 114) afirma que,

[...] o que reivindica uma sociedade ao se apropriar de um território é o acesso, o controle e o uso, tanto das realidades visíveis quanto a dos poderes invisíveis que os compõem, e que parecem partilhar o domínio das condições de reprodução da vida dos homens, tanto a deles própria quanto a dos recursos dos quais eles dependem (GODELIER, 1976, p. 114).

Estes pensamentos dizem respeito à chamada Dimensão ideal ou “Apropriação simbólica”, que se caracteriza pela necessidade de posse e controle de um território por uma sociedade, levando em consideração esse espaço na sua totalidade, idealizando perspectivas materialistas do meio, a partir da riqueza e dos recursos ali presentes.

O lugar é o local onde o indivíduo se reconhece enquanto uma singularidade, que denota uma gama de significações comuns a ambos no contexto do espaço social e cultural, donde provém a identidade pessoal. Assim, percebe-se claramente, no lugar, a identidade do ser que ali está e, no indivíduo, o lugar construído por ele (STURZA, 2005, p. 28).

Garcia (1976, p. 21) contribui com a discussão numa ótica interdisciplinar, afirmando,

[...] se o território é suscetível de um estudo antropológico, e não meramente geográfico ou ecológico, é precisamente por que existem indícios para crer no caráter subjetivo do mesmo, ou dito de outra forma, porque entre o meio físico e o homem se interpõe sempre uma ideia, uma concepção determinada (GARCIA, 1976, p. 21).

O autor complementa essa discussão afirmando que o território deve ser analisado e estudado, a partir de uma concepção antropológica, ou seja, norteadas pela caracterização humana, apontando a partir de uma análise histórica, conceitos filosóficos de utilização e ocupação, obtendo assim, uma visão subjetiva do espaço, isto é, com uma gama de ideologias acerca do território, uma complexidade de reflexões e conceitos desta modalidade geográfica.

Garcia (1976) ainda apresenta o conceito de “Territórios Semantizados”, que significa, “em sentido amplo, um território socializado e culturalizado, pois tudo o que se encontra no entorno do homem é dotado de algum significado e, é justamente este significado ou ideia que se interpõe entre o meio natural e a atividade humana, com relação ao território”.

Nesta visão, Garcia nos traz a noção básica de que o território é dotado de um valor, que se torna importante para a sociedade, e devido a esse grau de valorização, se torna humanizado, socializado, com premissas idealizadoras de construção e desenvolvimento. Prosseguindo ainda, Bonnemaïson e Cambrezi (1996, p. 10) afirmam que “o poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais, mas também, éticos, espirituais, simbólicos, afetivos. É assim que o território cultural precede o território político e, com ainda mais razão, precede o espaço econômico”. Ainda dentro deste contexto Haesbaert (2004, p. 72) afirma que,



[...] o território não se definia por um princípio material de apropriação, mas por um princípio cultural de identificação, ou, se preferirmos, de pertencimento. Esse princípio explica a intensidade da relação ao território. Ele não pode ser percebido apenas por uma posse ou como uma entidade exterior à sociedade que o habita. É uma parcela de identidade, fonte de uma relação de essência afetiva ou mesmo amorosa ao espaço (HAESBAERT, 2004, p. 72).

Bonnemaison e Cambrézy (1996, p. 13) enfatizam ainda dentro deste aspecto a questão da pertença tão enraizada no conceito de território, pois vejam: “pertencemos a um território, não o possuímos, guardamo-lo, habitamo-lo, impregnamos nele”. Além disto, os viventes não são os únicos a ocupar o território, a presença dos mortos marca-o mais do que nunca com o signo do sagrado. Enfim, o território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser. Esquecer este princípio espiritual e não material é se sujeitar a não compreender a violência trágica de muitas lutas e conflitos que afetam o mundo de hoje: perder seu território é desaparecer. Nesta ótica Haesbaert (2004, p. 4) contribui refletindo que,

[...] mais do que território, territorialidade é o conceito utilizado para enfatizar as questões de ordem simbólico-cultural. Territorialidade, além da acepção genérica, onde é vista como a simples “qualidade de ser território” é muitas vezes concebida em um sentido estrito como a dimensão simbólica do território (HAESBAERT, 2004, p. 74).

Haesbaert (2004) ao caracterizar a territorialidade enfatiza o caráter simbólico, ainda que ele não seja o elemento dominante e, muito menos, esgote as características do território. Isto significa que o território carregaria sempre, de forma indissociável, uma dimensão simbólica, ou cultural em sentido estrito, e uma dimensão material, de natureza predominantemente econômico-política.

Dentro desta perspectiva, o território se torna simbolicamente pertencente a uma pessoa e, na sua forma consoante e de teor dominante, também absorve o caráter de domínio do setor público, ou seja, do gestor, que deve permear ações para que esse espaço seja constituído de equipamentos e serviços e implementação de políticas públicas que venham de encontro com os anseios da população integrada nesse território, que simbolicamente lhe pertence, mas que não pode ser concebido ou implementado somente através de ações do setor público, mas também, pela cultura, tradição, costume e cotidiano das comunidades envolvidas, que trazem em sua organização, especificidades e expectativas em relação ao seu espaço geográfico.

### 3.2 O TERRITÓRIO NA PERSPECTIVA INTEGRADORA

Neste contexto Haesbaert teoriza que o território é tido como um espaço que não pode ser considerado nem estritamente natural, nem unicamente político, econômico ou cultural. Território só poderia ser concebido através de uma perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais. Dentro desta premissa, existem as diferentes análises do território dentro de uma abrangência multidisciplinar, conforme apresenta Haesbaert (2004, p. 75),

[...] a Etologia tende a colocar a questão de por que muitos animais se comportam “territorialmente”. A Ciência Política procura discutir o papel do espaço na construção de relações de poder. A Antropologia trata das questões de símbolos através do território. E a Geografia?? Não teria ela o privilégio de olhar o território numa visão de espacialidade humana ou integradora, capaz de evidenciar a riqueza ou a condensação de dimensões sociais que o espaço manifesta? (HAESBAERT, 2004, p. 75).

Ainda nesta perspectiva Chivallon (1999) utiliza o uso da noção de espacialidade para substituir território, sendo uma espécie de “experiência total” do espaço que faz conjugarem-se num mesmo lugar os diversos componentes da vida social, espaço bem circunscrito pelo limite exterior e interior, entre o Outro e o semelhante, e onde se pode ler, na relação funcional e simbólica com extenso material, um conjunto de idealidades partilhadas. Neste sentido, afirma Haesbaert (2004, p. 80) que,

[...] outro debate sobre o território e, conseqüentemente, sobre a desterritorialização, envolve seu caráter absoluto ou relacional. Absoluto tratado tanto no sentido idealista à priori do entendimento do mundo, como na visão *Kantiana* de espaço e tempo, quanto no sentido materialista mecanicista de evidência empírica ou “coisa”, dissociada de uma dinâmica temporal. O território é construído a partir de uma perspectiva relacional do espaço, sendo visto completamente inserido dentro de relações social-históricas, ou, de modo mais estrito, da relação de poder (HAESBAERT, 2004, p. 80).

Souza (1988) enfatiza esse caráter relacional, tendo o cuidado de não cair no extremo oposto, ou seja, o de desconsiderar o papel da espacialidade na construção das relações sociais. Devemos ter o cuidado para não sugerir um excesso de “sociologização” ou de “historicização”, de alguma forma “desgeografizando” o território, abstraído de base social-geográfica, como condição indispensável à realização destas relações.

Raffestin (1993) considera que “o espaço e o tempo são suportes, portanto, condições, mas também trunfos”. Eis porque Lefebvre tem toda razão quando diz que o “espaço é político”. Em todo caso, o espaço e o tempo são suportes, mas é raro que não sejam também recursos, portanto, trunfos. Raffestin não explorou a contento o veio oferecido por uma abordagem relacional, pois não discerniu que o território não é o substrato, o espaço social em si, mas sim, um campo de forças, as relações de poder especialmente delimitadas e operando.

Nesse sentido, território possui um caráter amplo que abarca as relações de poder, pois apesar de todas as complexidades inerentes a ele, estas relações se concretizam nas ações e dinâmicas estabelecidas pelos atores sociais envolvidos, tais quais, o poder público e a sociedade, nas dimensões espaciais, políticas, econômicas e sociais.

Enquanto relação social, uma das características relevantes do território é sua historicidade. Voltando a ser atributo, mesmo que se considere o território ou a territorialidade um constituinte inerente a todo o grupo social, ao longo de toda sua história é imprescindível diferenciá-lo de cada momento histórico.

Sendo assim, o território existente no ano de 1950 já não possui a mesma valoração ou características do que existe hoje, apesar de ser o mesmo espaço. Nesta perspectiva histórica, nota-se que o território se transforma, se realiza e se dinamiza a partir das relações existentes entre seus atores, bem como de todo o processo de ocupação e de desenvolvimento que ocorreu nesse espaço, pois as relações sociais são complexas e movidas por interesses econômicos, políticos, sociais e outros. Nesse sentido, o território se constrói, a partir das relações sociais dinamizadas, sendo reconstruídas, a partir da ação humana, movida por seus interesses, muitas vezes especulativos e financeiros, determinado dessa forma, novas territorialidades.

Foucault (1979, 1984, 1985) em suas discussões afirma que o poder não é um objeto ou coisa, mas uma relação, e que esta relação, ainda desigual, não tem um “centro” unitário de onde emana o poder. Além disso, o poder é também “produtivo”, como no poder disciplinar estudado pelo autor em relação às prisões, às fabricas, à sexualidade, e outros segmentos.

Baseada nesta leitura de poder, a concepção de território em Raffestin torna-se bastante ampla, mesmo não se destacando na ótica relacional, categorizando o território como “prisão” que os homens constroem para si, ou melhor, o espaço socialmente apropriado, produzido, dotado de significado. Além do mais, afirma que o poder se enraíza no trabalho.

Para Sack (1986) a noção de territorialidade é mais limitada, pois é incorporada ao espaço quando este media uma relação de poder que efetivamente o utiliza como forma de influenciar e controlar pessoas, coisas ou relações sociais, ou seja, do controle de pessoas ou de recursos pelo controle de uma área. A fronteira e o controle do acesso, portanto, são atributos fundamentais na definição de territorialidade defendida pelo autor, que também utiliza uma escala ampla de território, que vai do nível pessoal, de uma sala, ao internacional, nunca a restringindo, como fazem alguns cientistas políticos, ao nível de estado-nação.

Sack (1986) ainda considera que circunscrever coisas no espaço, ou num mapa, como quando um geógrafo delimita uma área para ilustrar onde ocorre a cultura do milho ou onde está concentrada a indústria, identifica lugares, áreas, ou regiões no sentido comum, mas não cria por si mesmo um território. Esta delimitação se torna um território somente quando suas fronteiras são usadas para afetar o comportamento pelo controle do acesso. Para o autor existem três relações interdependentes que estão constituídas na definição de territorialidade, quais sejam: a territorialidade envolve uma forma de classificação por área; deve conter uma forma de comunicação pelo uso de uma fronteira; deve envolver uma tentativa de manter o controle sobre o acesso a uma área e as coisas dentro dela.

Nesta ótica, o território não deve ser visto nem simplesmente como um objeto em sua materialidade, evidência empírica, nem como um mero instrumento analítico ou conceito elaborado pelo pesquisador. Assim como não é simplesmente fruto de uma descoberta frente ao real, presente de forma inexorável na nossa vida, também não é uma invenção, seja como instrumento de análise dos estudiosos, seja como parte da imaginação geográfica dos indivíduos.

Numa caracterização territorial Bourdin (2001) discute que no mundo moderno, a dupla proximidade/distância constitui um duplo princípio de percepção e de organização da experiência, tanto na ordem das relações sociais quanto das relações econômicas e políticas. Sendo assim, conclui que a localidade não passa de uma circunscrição projetada por uma autoridade, em razão de princípios que vão desde a história a critérios puramente técnicos. Neste sentido, Sturza (2005, p.30) salienta que:

[...] a vivência e a mobilidade estão associadas na experiência do homem com o lugar e integra o cotidiano das relações sociais no trabalho, lazer, descanso, enfim todas suas ações individuais e coletivas. A existência humana está imbricada nas dimensões de movimento, tempo e lugar. A construção da identidade do lugar ocorre na dinâmica existencial de ritmos e paradas para estar e ser os diferentes espaços de vida, ou seja, nos lugares. Atualmente a pessoa movimenta-se mais nos espaços e vivencia diariamente diversos lugares como se tivesse um local para cada ação: morar, trabalhar, divertir-se, comprar, etc. (STURZA, 2005. p. 30)

Dentro desta premissa Santos (2012) descreve que pode se acompanhar a maneira como a raça humana se expande e se distribui, acarretando sucessivas mudanças demográficas e sociais em cada continente (mas também em cada país, em cada região e em cada lugar). O fenômeno humano é dinâmico, e uma das formas de revelação desse dinamismo está, exatamente, na transformação qualitativa e quantitativa do espaço habitado.

Esta pesquisa é parametrizada nas concepções idealistas e integradoras do território, pois parte da ideologia de que os bairros investigados tenham o mínimo de estrutura necessária, que proporcione certa qualidade de vida digna aos seus moradores. No entanto, este é um ideário, ou seja, uma utopia, pois na vivência do cotidiano dessas comunidades, verifica-se um cenário repleto de vicissitudes e necessidades básicas da vida urbana, que somente com a relação de poder estabelecida pelo grupo devidamente organizado, possa ocorrer alguma transformação social.

Paralelamente, a visão integradora do território, nos permite investigar o objeto da pesquisa, que é o de diagnosticar a estrutura urbana existente em áreas periféricas, na perspectiva do estudo geográfico integrado, buscando alcançar um diagnóstico da realidade de vivência do grupo, bem como vislumbrar novas possibilidades de intervenção urbana, ou mesmo, da implementação de políticas públicas nos segmentos que se identifiquem necessários.

A partir dessas reflexões sobre o território, o próximo capítulo discutirá os resultados desta pesquisa.

## **CAPÍTULO 4 – OS PROCESSOS HISTÓRICOS, OS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E AS DINÂMICAS TERRITORIAIS DOS BAIROS PERIFÉRICOS**

### **4.1 O PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DO BAIRRO ALFREDO DE CASTRO**

A cidade de Rondonópolis, nas últimas décadas, conviveu com um significativo crescimento populacional, acompanhado de um aumento no *déficit* habitacional, haja vista que a terra e seu valor não são acessíveis a toda a população, principalmente os trabalhadores assalariados. Neste sentido, faz-se necessário destacar que os preços da terra e seu mercado imobiliário tendem a ser determinados por aquilo que esta demanda estiver disposta a pagar (MARICATO, 1982). Com isto, aconteceu a segregação, caracterizada como um processo dialético onde o isolamento de uns gera automaticamente a segregação de outros.

Justamente devido a essa demanda populacional e fenômeno segregatório existente em Rondonópolis, é que se implantou o bairro Alfredo de Castro. Inicialmente, os lotes foram recebidos por pessoas que recebiam até R\$ 600,00 (seiscentos reais), e que, de certa forma, certificassem nunca ter recebido unidades habitacionais na cidade e nem ter participado ou se inscrito em nenhum outro programa do governo.

A área onde se localiza o bairro Alfredo de Castro dista a 10 km do centro de Rondonópolis e foi comprada no ano de 2011, pelo então Prefeito, senhor José Carlos do Pátio, prometendo que, em pouco tempo, começaria a construção de casa populares. Porém, com a demora no processo de construção pelo poder público, os contemplados dos lotes receberam a orientação de que, de uma forma ou de outra, fizessem a sua mudança, pois corriam o risco de grilagem ou de doação dos lotes para outra pessoa, e, dessa maneira, o que se via foram barracos feitos de lona, outros de palha totalmente ao relento, conforme apresenta a Figura 07, para que, assim, não perdessem seus espaços. Todo este processo de contemplação dos lotes foi feito através da Prefeitura, na Secretaria de Habitação do município, não caracterizando, portanto, grilagem.

Com o passar do tempo, os moradores começaram a se mobilizar e a construir em seus terrenos, efetivando, dessa forma, a sua mudança para o bairro recém-formado, conforme apresenta a Figura 08.



Figura 07: Instituição do Bairro Alfredo de Castro em 2011.  
Fonte: SANTOS, A. C. (2011).



Figura 08: Expansão do bairro Alfredo de Castro com construções.  
Fonte: SANTOS, A. C. (2011).

No começo de sua criação o bairro Alfredo de Castro não era constituído por elementos básicos à sobrevivência familiar, como a água, a luz, os serviços de coleta de lixo e o transporte público. A água chegava através de carros pipas, e canos irregulares que eram ligados em caixas d'água enchidas pelo Serviço de Saneamento Ambiental de

Rondonópolis (Sanear). Desta forma, a população foi construindo seus “barracos” no local, demonstrando um processo de autoconstrução que se estende na produção do espaço urbano, mantendo a subsistência familiar, principalmente, a partir de atividades autônomas. Esta problemática ligada à moradia se correlaciona com a própria desigualdade social existente, já que esta é tão clara e intensa, impossibilitando que parte da população consiga adquirir de forma individual bens e serviços básicos à sobrevivência. E, ainda, serviços básicos que deveriam ser oferecidos pelo aparelho do estado como os de segmentos, como a saúde e a educação. Sendo assim, o espaço urbano do bairro Alfredo de Castro, vai se transformando cotidianamente, conforme as condições financeiras dos moradores que estão em busca, principalmente, da obtenção de sua casa própria, independente do formato de construção.

Na sequência, percorre-se a trajetória de formação da Vila Mamed.

#### 4.2 O PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DO BAIRRO VILA MAMED

A Vila Mamed localiza-se na parte sudoeste de Rondonópolis, situada às margens do rio Vermelho e também da BR 364, conforme apresenta a Figura 10, tratando-se de um dos bairros mais tradicionais da cidade, devido ao tempo de existência e, também, pela ocupação feita naquele local, às margens do Rio Vermelho, onde pessoas de fora e, mesmo rondonopolitanas, ali se fixaram e criaram laços de afetividade, de zelo, por aquele bairro que estava se formando.

Atualmente, a Vila Mamed é formada por ribeirinhos e pescadores que, conforme expressa o Sr. Pedro Alberto da Rocha, um dos fundadores do bairro, foi desenvolvendo e recebendo novos moradores a partir do crescimento da cidade. Por ser um bairro antigo, a Vila Mamed é dotada de quase todas as infraestruturas possíveis, devido à luta e conquistas dos seus moradores, que através da ativa Associação de Moradores e o respaldo da Associação dos Moradores da região da Vila Salmem (UNISAL), da qual a Vila Mamed é integrada. Dessa forma, seu povo foi apropriando-se de seu espaço e buscando o desenvolvimento em seu entorno.

Atualmente, muitos moradores que moravam às margens do rio Vermelho, por questões ambientais, tiveram que ser desapropriados e se mudaram para um bairro próximo, o Residencial Magnólia, que foi construído, basicamente, para receber essas pessoas que moravam nas encostas à beira do Rio Vermelho, na Vila Mamed. “Este



bairro é visto na cidade como uma comunidade, formada na maioria por trabalhadores autônomos, empregados, donas de casa, que colaboram diuturnamente para a sua subsistência e, também, para a expansão e desenvolvimento do bairro”, conclui o senhor Pedro Alberto da Rocha, pioneiro do bairro e ex Presidente da Associação de moradores, conforme apresenta a Figura 09.



Figura 09: Sr. Pedro Alberto da Rocha, pioneiro na Vila Mamed.  
Fonte: MEDEIROS, Reuber Teles (2016).

A Vila Mamed é um bairro tradicional de Rondonópolis formada por uma população trabalhadora e humilde, por pescadores e ribeirinhos que aprenderam a conviver com as dificuldades que surgem no dia a dia. Segundo a Associação de moradores, existem atualmente 412 famílias no bairro de acordo com os dados da União de Moradores da Vila Salmem (Unisal).

Este bairro possui a Escola municipal Gisélío da Nóbrega, que atende cerca de 400 alunos entre 06 e 15 anos nos períodos matutino e vespertino, do primeiro ao nono ano de escolaridade. No período noturno funciona a modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos (EJA), com uma sala que atende 18 alunos maiores de idade.

A Vila Mamed possui também um Posto de Saúde, anexo à escola, aonde um médico atende à comunidade nos casos de pequena complexidade, vacinação e outros serviços, acompanhado por uma equipe de enfermagem.

Devido à sua localização às margens da BR 364, a Vila Mamed oferece um serviço de transporte eficiente à comunidade, com a disponibilidade de linhas de ônibus que passam pelo bairro de hora em hora. Apesar das ruas serem estreitas e a acessibilidade no bairro pelos ônibus não serem adequadas, os moradores não reclamam muito do transporte coletivo, pois utilizam o serviço.

A Figura 10 apresenta a localização do município de Rondonópolis, bem como dos bairros investigados nesta pesquisa.

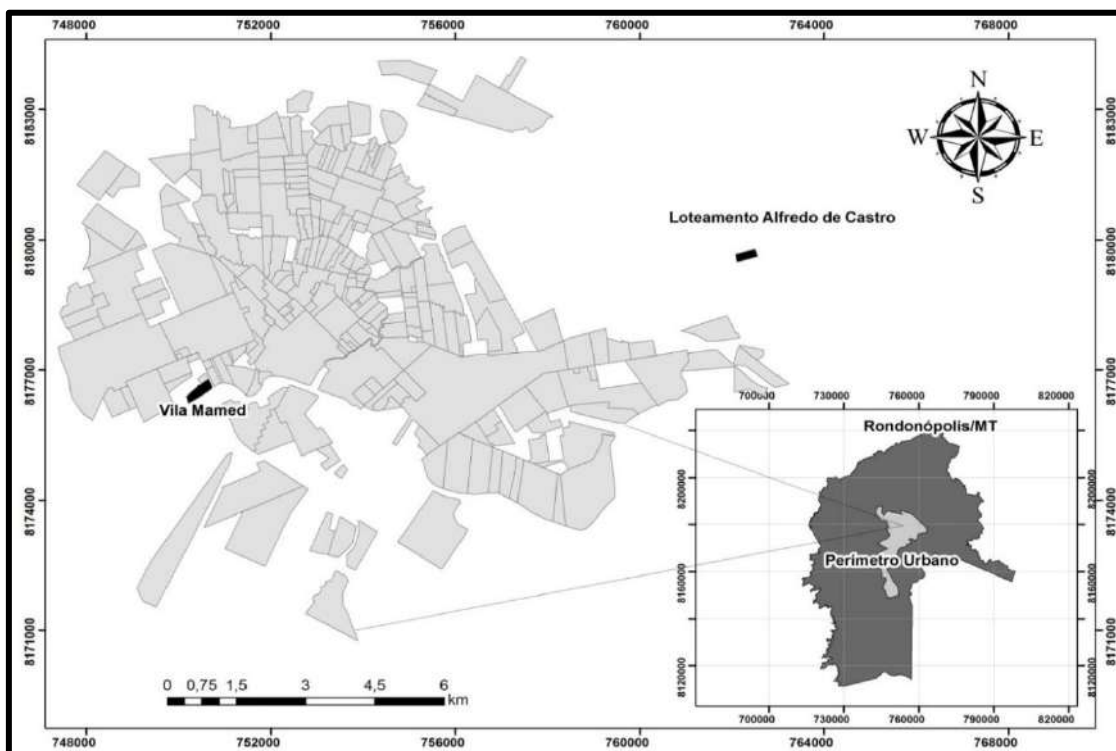


Figura 10: Mapa do município de Rondonópolis e localização dos bairros Alfredo de Castro e Vila Mamed.

Fonte: BRASIL (2010)/RONDONÓPOLIS (2014).

Bourdin (2001, p. 33) contribui afirmando que “as espacialidades são diversas, elas se transformam continuamente e se entrecruzam”. Neste sentido, a definição de uma localidade (um nós e um território delimitados) só intervém em condições particulares de forte integração e de estabilidade de um grupo cujos membros produzem uma espacialidade imóvel fechada.

A forte presença de sentimento de afetividade foi notada nas pesquisas e trabalhos de campo realizados nesta pesquisa, o que confirma a teoria de Bourdin (2001, p. 28) que expressa ser “o sentimento de pertença à humanidade que nos leva a reforçar nossos vínculos com os outros seres humanos”. Por fim, o fato de viver junto, de partilhar uma mesma cotidianidade leva à proximidade que surge como produtora do

vínculo. Conclui ainda Bourdin (2001) que o ser social se definiria pela pertença a um grupo “originário”, caracterizado pelos vínculos do sangue, da língua e do território.

### 4.3 O PERFIL SOCIOECONÔMICO

Depois de finalizados os trabalhos de campo, buscando identificar o perfil da população, bem como suas características específicas, como pesquisa *in loco* nos dois bairros, confeccionou-se tabelas e, a partir das suas análises, pode-se obter alguns resultados. Inicialmente a Tabela 1 apresenta a quantidade de pessoas que compõem as famílias daqueles que foram entrevistados.

Tabela 1: Número (Nº) e porcentagem (%) de pessoas que compõem as famílias nos bairros Alfredo de Castro e Mamed, Rondonópolis, Mato Grosso.

Quantidade de pessoas por família	Residencial Alfredo de Castro		Vila Mamed	
	Nº	%	Nº	%
01	01	2,2	02	3,8
02	03	6,3	01	1,9
03	13	27,6	11	20,3
04	20	42,5	13	24
05	04	8,6	14	26
06	02	4,2	09	16,6
07	04	8,6	03	5,6
08	00	0	01	1,8
<b>Total</b>	47	100	54	100

Org.: MEDEIROS, R. T. (2016).

A Tabela 01 diz respeito ao número de pessoas que compõem a família. Observou-se que nos dois bairros a quantidade média de pessoas por famílias estão entre 3 e 4, e 5 pessoas na família, como é o caso da Vila Mamed.

No bairro Alfredo de Castro, obteve-se, predominantemente, 3 a 4 pessoas por família, sendo que, com 04 pessoas na família obteve-se 20 respostas, que corresponde a 42,5%, e, com 03 pessoas, um total de 13 respostas, o que corresponde a 27,6%.

Além disso, obtiveram-se outras respostas, como, por exemplo, 7 e 5 pessoas na família, com 4 respostas cada, equivalente a 8,5%; 6 pessoas na família, com 2 respostas, equivalente a 4,2%; 2 pessoas na família, com 3 respostas, equivalente a 6,3% e 1 pessoa que mora sozinha, equivalente a 2,1%.

Na Vila Mamed obteve-se um percentual razoável com famílias de 3, 4 e 5 integrantes, onde com 5 pessoas, obtiveram-se 14 entrevistados, que corresponde a 25,9%; com 04 pessoas, obtiveram-se 13 respostas, com 24%; e, com 03 integrantes na família obtiveram-se 11 entrevistados, que corresponde a um percentual de 20,3%.

Ainda em menores porcentagens, encontram-se as famílias compostas por 6 pessoas, num total de 9 entrevistados, equivalente a 16,6%; 7 pessoas na família, com 3 entrevistados, equivalente a 5,5%; 1 pessoa morando sozinha, com 2 entrevistados, equivalente a 3,7%. As demais variáveis foram pouco representativas, com 8 e 2 pessoas na família, com 1 entrevistado apenas em cada, equivalente a 1,8%.

A partir da descrição dos dados da Tabela 01 nota-se que nos dois bairros a quantidade de pessoas/filhos por famílias são altas, quando se leva em conta o padrão nacional atual do Brasil que é de cerca de 1,8 filhos por mulher (BRASIL, 2015).

Dentro desta premissa, ressalta-se, nas duas localidades da pesquisa, que a média está entre 3, 4 e 5 pessoas por família. Esse dado é maior do que acontece na realidade média brasileira, principalmente devido ao baixo grau de instrução, da ausência de conscientização da necessidade de usar os métodos contraceptivos, tão propalados principalmente a partir da década de 1980, que somado a entrada da mulher no mercado de trabalho, determinou uma queda brusca nas taxas de natalidade e no número de filhos por mulheres no Brasil. Mesmo assim, observa-se que a expectativa existente para os anos vindouros, é de queda na quantidade de filhos e números de moradores por famílias nos bairros supracitados. Presume-se que ocorre esta dinâmica devido ao avanço tecnológico existente; ao desemprego estrutural que circunda, devido às dificuldades socioeconômicas que o país vivencia, mas, sobretudo, em sua maioria, por esses moradores pertencerem à classes sociais baixas, com perspectivas ínfimas de melhorias de vida no aspecto socioeconômico, principalmente no bairro Alfredo de Castro.

Na Tabela 02 está caracterizado o grau de escolaridade dos moradores entrevistados nos dois bairros em questão, onde ficou bem claro que o nível de instrução dos entrevistados, nas duas localidades é muito baixo, bem distante daquilo que preconiza a Carta Magna<sup>1</sup>, onde deve haver a garantia de educação para todos independente de qualquer aspecto, seja econômico, político ou social.

---

<sup>1</sup> Documento nacional onde está inserido as leis do país, todos os direitos e deveres dos cidadãos brasileiros também chamado de Constituição Federal.

Tabela 2: Número (Nº) e Porcentagem (%) do grau de escolaridade dos moradores dos bairros Alfredo de Castro e Mamed, Rondonópolis, Mato Grosso.

Nível escolar	Residencial Alfredo de Castro		Vila Mamed	
	Nº	%	Nº	%
<b>Ensino Fundamental</b>	27	57,4	33	61,1
<b>Ensino médio</b>	11	23,4	12	22,2
<b>Ensino superior</b>	01	2,1	01	1,8
<b>Pós-graduação</b>	00	0	00	0
<b>Sem escolaridade</b>	08	17	08	14,8
<b>Total</b>	47	100%	54	100

Org.: MEDEIROS, R. T. (2016).

Nos dados da Tabela 02, que diz respeito ao grau de escolaridade dos moradores das duas localidades, concluiu-se que a maioria dos entrevistados, nos dois bairros, possui o nível fundamental de ensino. No bairro Alfredo de Castro, foram entrevistados, 27 pessoas com nível fundamental de ensino, que corresponde a 57,4%; no ensino médio foram 11 pessoas, equivalente a 23,4%; 1 entrevistado com nível superior, equivalente a 2,1%; nenhum entrevistado cursou pós-graduação. Surpreendentemente, 08 pessoas, equivalente a 17%, não possuem escolaridade.

Na Vila Mamed foram entrevistados 33 pessoas que possuem o nível fundamental, que corresponde a 61,1%; 12 pessoas possuem o nível médio, equivalente a 22,2%; 1 entrevistado possui o nível superior, equivalente a 1,8,% e nenhum entrevistado cursou pós-graduação. Da mesma forma que no bairro Alfredo de Castro, também 08 pessoas não possuem nenhum grau de escolaridade, que corresponde a 14,8%.

Na Tabela 02, quando se considera o grau de instrução dos entrevistados, nos dois bairros, verifica-se o baixo nível de instrução e de formação dos moradores. Percebe-se que poucas pessoas ouvidas têm sequer o ensino médio, muito menos o nível superior. Neste raciocínio, esse baixo nível de formação escolar está diretamente ligado a certa dispersão familiar relacionada ao estudo, normalmente, porque muitos jovens começam a trabalhar cedo em atividades informais, ou mesmo atividades ilegais, como o roubo e o tráfico de drogas e, também, devido à falta de incentivo governamental e apoio do Estado para atrair essa demanda populacional à escola, pois muitos desses indivíduos começaram a estudar, mas não conseguiram terminar as devidas fases e ciclos escolares. Alguns optam pela modalidade de estudos Educação de Jovens e Adultos (EJA), mas, ainda são poucos que se permitem recomeçar os estudos em fase tardia.

A consequência desse fenômeno denominado de baixa escolarização ou desqualificação é a presença de pessoas despreparadas para o emprego formal, ou seja, pessoas sem formação, sem especialização, sem instrumentalização, muitas vezes, semi-analfabetas, que vão participar do mercado de trabalho de forma autônoma, no mercado informal, como poderá se verificar nos resultados da Tabela 05 e, por conseguinte, apresentam rendas menores, conforme poderá se verificar nos resultados da Tabela 04.

O Brasil é considerado um dos países de maior concentração de renda e riqueza no mundo. Faz-se necessário urgentemente distribuir renda no Brasil às pessoas de outras classes sociais, sendo que, uma das formas é através da geração de empregos e renda. Entretanto, para obter um emprego digno e altamente sustentável, demanda-se a necessidade de escolarização equivalente e maior do que a observada nas entrevistas nos dois bairros. Para isso, o governo tem que promover políticas públicas, com educação de qualidade, que seja atraente para que a sociedade realmente aprenda e se profissionalize.

Desta forma, esses cidadãos estarão desenvolvendo habilidades e competências que serão fundamentais para a sua sobrevivência. A partir do momento que passam a garantir a sua subsistência, poderão se especializar cada vez mais, tentando no futuro, obter emprego e renda dignos, e, sobretudo, serem chamados de cidadãos, como membros participativos da sociedade.

A Tabela 3 corresponde a faixa etária dos moradores residentes nos bairros investigados.

Tabela 3: Número (Nº) e Porcentagem (%) da faixa-etária dos moradores dos bairros Alfredo de Castro e Mamed, Rondonópolis, Mato Grosso.

Faixa etária	Residencial Alfredo de Castro		Vila Mamed	
	Nº	%	Nº	%
<b>15 a 20 anos</b>	00	0	03	5,5
<b>21 a 30 anos</b>	07	14,8	03	5,5
<b>31 a 40 anos</b>	07	14,8	07	12,9
<b>41 a 50 anos</b>	24	51	11	20,3
<b>51 a 60 anos</b>	09	19,1	23	42,5
<b>Acima de 60 anos</b>	00	0	07	12,9
<b>Total</b>	47	100	54	100

Org.: MEDEIROS, R. T. (2016).

Na Tabela 03, que corresponde à faixa etária das famílias dos dois bairros, observam-se, de maneira geral, que sobressaem nas duas localidades, as faixas etárias de 41 a 50 anos e de 51 a 60 anos.

No bairro Alfredo de castro, entre 41 e 50 anos obtive 24 respostas entre os entrevistados, que corresponde a 51% do total, ou seja, mais da metade; entre 51 e 60 anos obteve-se 09 respostas, que equivale a 19,1%; obteve-se 7 pessoas que possuem entre 21 e 30 anos e 31 a 40 anos, equivalente a 14,8% do total de entrevistados. De 15 a 20 anos e acima dos 60 anos não se alcançou nenhuma resposta.

Na vila Mamed, entre 51 e 60 anos obtive 23 respostas, que corresponde a 42,5%, sendo assim, a faixa etária predominante nesse bairro; entre 41 e 50 anos obteve-se um total de 11 respostas, o que equivale a 20,3%.

As pessoas acima dos 60 anos e de faixa-etária entre 31 e 40 anos tiveram 07 respostas cada, equivalente a 12,9% do total dos entrevistados. Ainda, entre 15 e 20 anos e 21 a 30 anos, obteve-se 03 respostas cada, equivalente a 5,5%.

Na análise da Tabela 03, verifica-se que a maioria dos entrevistados, nos dois bairros, possui entre 41 e 60 anos. Desta forma, tratam-se de pessoas adultas, pais e mães de famílias que, de sobremaneira, lutam para a manutenção e subsistência das famílias.

No caso do bairro Alfredo de Castro, esta dinâmica ocorre, dentre outros motivos, por tratar-se de pessoas que, no decorrer da vida, não tiveram a sorte de obter a casa própria e que conseguiram o lote, construindo naquele bairro seu espaço de moradia. São senhores e senhoras que tentam sobreviver em um ambiente recém-formado, mas, ainda sem infraestrutura, somente com iluminação e água encanada. Observa-se, muitos jovens nas ruas, às vezes parados, nas esquinas, crianças brincando nas ruas, enfim, existem pessoas de diversas faixas etárias, mas no que tange aos entrevistados, sobressaíram-se os adultos entre 41 e 60 anos.

A Vila Mamed, por se tratar de um bairro tradicional, igualmente verificou-se nas entrevistas esta faixa etária que vai de 41 a 60 anos. Por se tratar de um bairro mais antigo, com infraestruturas, nota-se que as famílias são mais estáveis, já com suas moradas formadas, bem construídas. Verifica-se também, muitos jovens no bairro e crianças a brincar nas ruas e na escola do bairro. No geral, tratam-se pessoas que possuem suas famílias constituídas, mas que, no entanto, apresentam problemas cotidianos como em qualquer outro bairro.

Destaca-se, ainda, que não foram entrevistados moradores com idade abaixo de 15 anos e, por este motivo, não existe esta faixa etária na tabela, buscando-se, dessa forma, certa autonomia e maturidade nas respostas, que emitem a experiência da vivência e do cotidiano dos bairros investigados.

Na Tabela 4 pesquisou-se sobre a renda familiar dos moradores dos dois bairros.

Tabela 4: Número (Nº) e Porcentagem (%) da renda familiar dos moradores dos bairros Alfredo de Castro e Mamed, Rondonópolis, Mato Grosso

Renda familiar	Residencial Alfredo de Castro		Vila Mamed	
	Nº	%	Nº	%
<b>Até 1 salário mínimo</b>	12	25,5	14	25,9
<b>De 1 a 2</b>	28	59,5	37	68,5
<b>De 3 a 5</b>	07	14,8	03	5,5
<b>Total</b>	47	100	54	100

Org.: MEDEIROS, R. T. (2016).

Na tabela 04 no que diz respeito à renda familiar dos moradores, se observa que nenhum dos entrevistados recebe acima de 5 salários, nos dois bairros da pesquisa, onde a maioria dos moradores possuem vencimentos mensais que variam entre 1 e 2 salários mínimos<sup>2</sup>.

No bairro Alfredo de Castro 28 pessoas, ou seja, 59,5% recebem entre 01 e 02 salários mínimos, sendo relevante destacar que 12 pessoas neste bairro, 25,5% responderam receber 1 salário mínimo mensal; 7 pessoas responderam receber entre 3 e 5, que corresponde a 14,8% dos entrevistados.

Na Vila Mamed, por sua vez, a grande maioria, 37 pessoas, 68,5%, recebem entre 1 e 2 salários mínimos; 14 pessoas, 25,9% recebem 01 salário mínimo mensal e 03 pessoas recebem de 03 a 05 salários mínimos, correspondendo a 5,5%.

Neste contexto, nota-se que nos dois bairros os moradores mediam seus vencimentos entre 1 e 2 salários mínimos. Esses resultados estão atrelados à falta de formação escolar e de qualificação da maioria dos entrevistados, que apresentam o nível fundamental de ensino, conforme se verificou na Tabela 02. Além disso, observou-se também que os entrevistados se preservaram em expressar somente a renda do casal, sem citar, por exemplo, a renda do filho que também trabalha, provavelmente, porque o casal, muitas vezes, nem conta com os vencimentos do filho para a subsistência da casa, e, por isso, é uma renda suprimida do orçamento mensal.

A renda baixa citada na maioria das respostas é a consequência da falta de formação escolar e qualificação, como foi mencionado acima, porém, no bairro Alfredo de Castro, mesmo sendo um bairro em formação, já se observa em seu entorno, várias empresas se instalando, como farmácias, mercearias, bares, lanchonetes, entre outros

<sup>2</sup>Salário mínimo no valor de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais), fixado pelo governo federal a partir de 1º de janeiro de 2016.



tipos de comércio. Este movimento caracteriza que alguns moradores, ou mesmo pessoas alheias ao bairro, estão abrindo pequenos comércios, em diversos ramos, sendo uma saída para a subsistência de alguns moradores, que, ao mesmo tempo, passam a não ter a necessidade de se encaminhar para o centro urbano para trabalhar, gerando empregos e rendas e, conseqüentemente, desenvolvendo o bairro.

Na Vila Mamed, sendo um bairro tradicional, da mesma forma, observa-se tais características, principalmente na questão da presença de mercearias, bares e lanchonetes, que atendem a demanda interna do bairro, gerando empregos e rendas. Porém, por estarem mais próximos do centro, a locomoção e o transporte público é mais estável e seus moradores se encaminham para o centro da cidade, na busca de produtos de consumo.

Na Tabela 5 pesquisou-se sobre a ocupação profissional dos moradores dos bairros.

Tabela 5: Número (Nº) e Porcentagem (%) de ocupação profissional dos moradores dos bairros Alfredo de Castro e Mamed, Rondonópolis, Mato Grosso

Opções	Residencial Alfredo de Castro		Vila Mamed	
	Nº	%	Nº	%
<b>Empregado</b>	03	6,3	03	5,5
<b>Do lar</b>	04	8,5	05	9,2
<b>Desempregado</b>	02	4,2	01	1,8
<b>Autônomo</b>	30	63,8	27	50
<b>Aposentado</b>	08	17	17	31,4
<b>Estudante</b>	00	0	00	0
<b>Outros</b>	00	0	01	1,8
<b>Total</b>	47	100	54	100

Org.: MEDEIROS, R. T. (2016).

Sobre a Tabela 05, relativa à ocupação dos moradores, na maioria das respostas obtidas nos dois bairros, sobressaem os autônomos e os aposentados. Estes dados tem relação direta com os dados da Tabela 3, que apresentou dados representativos para a população de pessoas acima de 50 anos, ou seja, em fase de aposentadoria.

No bairro Alfredo de Castro nota-se um grande número de pessoas autônomas, que trabalham por conta própria, sendo 30 pessoas, que corresponde a 63,8%. Já na categoria de aposentados obteve-se 08 respostas, sendo 17% do total; 03 entrevistados, equivalente a 6,3%, possuem empregos; 02 estão desempregados, equivalente a 4,2%. As categorias “outros” foi pouco representativa na amostra.

Na Vila Mamed, do mesmo modo, destaca-se os autônomos com 27 respostas, que equivale a 50% do total e, no que diz respeito aos aposentados, obtive 17 respostas, que correspondem a 31,4%; 3 entrevistados, equivalente a 5,5% estão empregados; 1

está desempregado, equivalente a 1,8% e 1 pessoa respondeu “outros”, equivalente também a 1,8%.

Na situação pertinente à ocupação dos moradores, nota-se que nos dois bairros existe maior quantidade de autônomos e aposentados. Os autônomos são aqueles que trabalham por conta própria e, notadamente, abrem pequenos negócios, como pedreiros, pescadores, pequenos comerciantes de mercadorias diversas, enfim, pessoas que não estão no mercado formal de emprego.

Observa-se que poucos moradores do bairro Alfredo de castro entrevistados vão para o centro trabalhar. Eles procuram a subsistência dentro do próprio bairro, trabalhando em pequenas empresas ou mesmo formando empreendedorismo através da abertura do seu próprio negócio. Apesar da infraestrutura ser ínfima, constata-se no bairro um alongamento de pequenos comércios abrindo suas portas ao longo daquela localidade.

Já na Vila Mamed, mesmo sendo um bairro periférico, porém, mais próximo à área central, ainda se sobressai os autônomos e aposentados. Entretanto, existem mais pessoas indo ao centro trabalhar e, a caracterização de autônomos nesta área da cidade se modifica, pois além de pequenos comerciantes, têm muitos pescadores, por ser uma localidade tradicionalmente ribeirinha, situada às margens do rio Vermelho. Porém, por ser um bairro antigo, verifica-se uma grande parcela de aposentados entre os entrevistados.

A Tabela 06 corresponde ao sexo dos entrevistados nos bairros.

Tabela 06: Número (Nº) e Porcentagem (%) de sexo dos moradores dos bairros Alfredo de Castro e Mamed, Rondonópolis, Mato Grosso.

Sexo	Alfredo de Castro		Vila Mamed	
	Nº	%	Nº	%
<b>Masculino</b>	28	59,5	23	42,5
<b>Feminino</b>	19	40,5	31	57,5
<b>Total</b>	47	100	54	100

Org.: MEDEIROS, R. T. (2016).

A Tabela 6 correspondente à composição dos entrevistados por sexo em cada bairro. A partir da observação da tabela e análise dos resultados, concluiu-se que, no bairro Alfredo de Castro, a quantidade de homens entrevistados foram de 28 pessoas, que corresponde a 59,5%. Já as mulheres foram um total de 19 pessoas, com 40,5%.

Na Vila Mamed, a quantidade de homens entrevistados foi de 23 pessoas, que corresponde a 42,5%. Já as mulheres foram um total de 31 pessoas, com 57,5%.

No trabalho de campo, procurou-se também denotar, a partir das realidades existentes, no bairro Alfredo de Castro e na Vila Mamed, alguns aspectos específicos das comunidades, como, por exemplo, as infraestruturas nos bairros, que dizem respeito a tudo aquilo que o bairro possui de serviços essenciais que garantam à comunidade certa qualidade de vida, como o saneamento, as escolas, as creches, a pavimentação das ruas, a iluminação pública, a rede de esgoto, a acessibilidade, a segurança pública, o lazer, e outros.

Observou-se, ainda, a valoração que foi dada ao bairro a partir da pertença, ou seja, os moradores, apesar das dificuldades existentes, se satisfazem com o lugar onde vivem pela afetividade e identificação.

#### 4.4. OS ASPECTOS ESPECÍFICOS

A tabela 7 apresenta as maiores necessidades de infraestruturas que os bairros carecem de acordo com os entrevistados.

Tabela 7: Número (Nº) e Porcentagem (%) de necessidades de infraestrutura dos bairros Alfredo de Castro e Mamed, Rondonópolis, Mato Grosso.

Necessidades	Residencial Alfredo de Castro		Vila Mamed	
	Nº	%	Nº	%
<b>Asfalto</b>	47	23,1	01	0,8
<b>Saneamento</b>	23	11,3	01	0,8
<b>Escola</b>	44	21,6	00	0
<b>Creche</b>	25	12,3	34	23,6
<b>Segurança Pública</b>	20	9,8	29	20,1
<b>Ruas estreitas</b>	00	0	23	15,9
<b>Área de lazer</b>	11	5,7	30	20,8
<b>Outros</b>	33	16,2	26	18
<b>Total</b>	203	100%	144	100%

Org.: MEDEIROS, R. T. (2016).

\*Alguns entrevistados emitiram mais de uma resposta, por isso, a porcentagem foi calculada baseando-se no conjunto das respostas.

Na análise da Tabela 07 que diz respeito às maiores demandas de infraestruturas existentes nos bairros, obteve-se respostas diferenciadas, haja vista o choque de realidades presentes nas duas localidades, consequência do tempo de formação e de existência dos bairros em questão. A Vila Mamed possui infraestruturas definidas, sendo um bairro antigo da cidade de Rondonópolis. Por outro lado, por ser um bairro recente, o Alfredo de Castro carece de cuidados neste setor, pois ainda não possuem nem o básico de infraestrutura.

No Alfredo de Castro, 47 respostas, equivalente a 23,1% sentem a necessidade da pavimentação; 44 respostas, equivalente a 21,6% sentem a ausência de escolas. Com 25 respostas, equivalente a 12,3% expressam a ausência de creche; outras 23 respostas, equivalentes a 11,3 atribuem à falta de saneamento; e 20 respostas, equivalente a 9,8% a necessidade de segurança pública. A necessidade de áreas de lazer foi pouco representativa na amostra.

A variável “outros” foi representativa num total de 33 respostas, equivalente a 16,2% que consideraram várias necessidades, tais quais: a melhoria de transporte coletivo; a construção de posto de saúde; a regularização fundiária alguns expressaram que “falta tudo”.

No bairro Alfredo de Castro, nota-se a demanda de maior necessidade àqueles moradores a pavimentação asfáltica. É um bairro formado recentemente e que ainda não

obteve respaldo do poder público no que diz respeito a serviços e benesses fundamentais para a garantia da qualidade de vida dos moradores.

Em épocas de chuva, fica difícil andar pelo bairro em virtude da lama e buracos espalhados pelas ruas. No período da seca, a comunidade não suporta a poeira que se levanta. Isto implica na locomoção centro-bairro e bairro-centro, gerando problemas aos moradores. O transporte coletivo é precário, pois ainda não se construiu escolas e nem creches, enfim, a situação é problemática. Durante a pesquisa, investigou-se na Prefeitura do Município de Rondonópolis a raiz do descaso para com aqueles moradores. A resposta que se obteve de apenas um funcionário público, o qual não quis citar seu nome, foi de que o bairro Alfredo de castro ainda não tinha obtido a regularização fundiária, e que para que se façam os serviços de infraestrutura no bairro, tem que estar protocolado o documento de regularização. A pesquisa *in loco* foi realizada nos meses de março e abril de 2016, sendo que a regularização fundiária foi conseguida no mês de julho do mesmo ano.

A vila Mamed se caracteriza por possuir infraestrutura, ainda mais por seu um bairro tradicional e próximo ao centro. Porém, a comunidade solicita, ainda, melhorias na questão educacional, como a abertura de creche no bairro. Além disso, outra demanda pedida foi à questão ligada à formação de área de lazer no bairro e, também, clama-se por policiamento, melhorias na locomoção e tamanho das ruas, entre outros, com menor expressão.

Já na Vila Mamed, 34 respostas, equivalente a 23,6% expressaram a falta de creche; 30 respostas equivalentes a 20,8% consideraram a necessidade de área de lazer; outras 29 respostas, equivalente a 20,1% sentem a falta de segurança pública e 23 respostas equivalentes a 15,9% consideraram as ruas do bairro estreitas que dificultam, dessa forma, a circulação das pessoas e dos veículos, com grandes possibilidades de ocorrência de acidentes. As variáveis que referem-se à necessidade de asfalto, saneamento e escola foram pouco representativas na amostra. A variável “outros” foi relativamente representativa, com 26 respostas, equivalente a 18%, onde a população ainda sente falta de melhorias na iluminação pública; no transporte coletivo; além de questões ambientais ligadas a poluição do ar. Este aspecto se explica devido ao bairro estar localizado nas adjacências da Estação de Tratamento de Água e Esgoto (ETA) e, sempre nos períodos vespertinos, o vento traz o mau cheiro desta estação de tratamento para o bairro, conforme nos informou em entrevista a senhora Neolinda, moradora do bairro.

A tabela 8 apresenta as necessidades de mudanças e/ou melhorias necessárias na estrutura dos bairros;

Tabela 08: Número (Nº) e Porcentagem (%) de mudanças e / ou melhorias necessárias nos bairros Alfredo de Castro e Mamed, Rondonópolis, Mato Grosso.

Mudanças/melhorias *	Residencial Alfredo de Castro		Vila Mamed	
	Nº	%	Nº	%
<b>Pavimentação/Asfalto</b>	19	26,3	00	0
<b>Falta tudo</b>	36	50	00	0
<b>Sinalização das ruas</b>	00	0	32	43,8
<b>Área de lazer</b>	00	0	09	12,4
<b>Apresenta estrutura necessária</b>	00	0	07	9,6
<b>Segurança/Policiamento</b>	00	0	07	9,6
<b>Poluição/Mau cheiro</b>	00	0	07	9,6
<b>Outros</b>	17	23,4	11	15
<b>Total</b>	72	100	73	100

Org.: MEDEIROS, R. T. (2016).

\*Alguns entrevistados emitiram mais de uma resposta, por isso, a porcentagem foi calculada baseando-se no conjunto das respostas.

Na Tabela 8, 36 respostas, equivalente a 50% consideraram que no Alfredo de Castro falta toda a estrutura; 19 respostas, equivalente a 26,3% expressaram a necessidade de asfaltamento; 17 respostas, equivalente a 23,4 consideraram a variável “outros”, como, por exemplo, a necessidade de regularização de lotes; consideraram um bairro cheio de problemas, mas vai melhorar; expressaram que falta um olhar maior dos políticos; destacaram a falta de saneamento básico e alguns disseram estar tudo bem.

Com estes resultados se mostra claramente as necessidades mais urgentes nas duas comunidades. No Alfredo de Castro, metade dos entrevistados disse que falta tudo quando se fala em infraestrutura, principalmente no que diz respeito ao asfaltamento das ruas, característica básica de um bairro recém-formado. Além de outras questões, alguns reclamaram da não regularização fundiária do bairro, fator ocorrido no mês de julho de 2016, pois em março e abril do mesmo ano, período da pesquisa, ainda não tinha ocorrido esta regularização. Com a regularização fundiária assinada pelo Prefeito municipal em julho de 2016, toda a área formada pelos bairros Alfredo de Castro, Conquista e Ananias Martins, passou a chamar-se “Grande Conquista”.

Na Vila Mamed, 32 respostas, equivalente a 43,8% consideraram a necessidade de sinalização das ruas. As demais variáveis foram pouco representativas na amostra.

Neste bairro a grande questão que os moradores tanto reclamam é sobre a locomoção interna do bairro, pois suas ruas são estreitas e que não possuem áreas de

lazer, por isso, as crianças brincam nestas ruas, gerando problemas e acidentes de trânsito.

A Tabela 09 analisou a imagem dos moradores e entrevistados acerca de seu bairro.

Tabela 09: Número (Nº) e Porcentagem (%) da imagem dos moradores sobre os bairros Alfredo de Castro e Mamed, Rondonópolis, Mato Grosso.

Variáveis	Residencial Alfredo de Castro		Vila Mamed	
	Nº	%	Nº	%
<b>Gosto do bairro.</b>	11	23,4	19	35,1
<b>Mais cuidado politicamente</b>	06	12,7	09	16,6
<b>Bairro tranquilo</b>	05	10,6	00	0
<b>Bom para morar</b>	08	17,0	14	25,9
<b>Outros</b>	17	36,1	12	22,2
<b>Total</b>	47	100	54	100

Org.: MEDEIROS, R. T. (2016).

Na Tabela 09, no bairro Alfredo de Castro, as variáveis “gosto do bairro”, “mais cuidado politicamente”, “bairro tranquilo” e “bairro bom para morar” foram pouco representativas na amostra. No entanto, na variável “outros” 17 pessoas, equivalente a 36,1%, expressaram, por exemplo, o povo está construindo e investindo, porém, não temos melhorias (2,1%); não tem como ficar pior (6,3%); Ainda com 2,1% obteve-se 4 respostas, tais quais: “não gosto da localização, porém no geral, estou aprendendo a viver aqui”; “estou vivendo, mas tem muitas dificuldades aqui”; “acho péssimo devido à falta do asfalto”; “eu dou graças a Deus todos os dias por ter onde morar, acho bom”. Por fim, 4,2% responderam que “necessita melhorar muita coisa, mas moramos no que é nosso”.

Os resultados obtidos na Tabela são relevantes quando se observa que no bairro Alfredo de Castro existe uma grande demanda de necessidades de infraestrutura e serviços ainda não presentes no bairro. No entanto, por outro lado, nota-se um sentimento positivo dos moradores e a esperança por dias melhores. A grande questão que deve ser destacada é que apesar dos problemas existentes, a comunidade traz consigo um sentimento de pertencimento muito bonito, pois apesar de todas as mazelas existentes e o descaso do poder público, os moradores esperam dias melhores e se alegram por morarem naquilo que é seu. Todos têm a certeza da necessidade de melhorias, mas sabem que com o trabalho da comunidade, do poder público e da

Associação de moradores, as coisas melhorarão e, posteriormente, conquistarão melhor qualidade de vida, a dignidade e a cidadania.

Já na Vila Mamed, as variáveis também foram pouco representativas, no entanto 19 pessoas, equivalente a 35,1%, consideraram que gostam de morar no bairro.

Por ser tradicional, a Vila Mamed apresenta uma característica positiva na relação entre morador e bairro, pois a maioria dos entrevistados são antigos no bairro e, já criaram consigo a noção de respeito, zelo e adoram morar naquele lugar, apesar de ainda apresentar alguns problemas estruturais, pequenos, mas que serão resolvidos, como a locomoção e o mal cheiro existente na área.

A tabela 10 diz respeito a atuação das associações de moradores de bairro.

Tabela 10: Número (Nº) e Porcentagem (%) de atuação das associações nos bairros Alfredo de Castro e Mamed, Rondonópolis, Mato Grosso.

Atuação	Residencial Alfredo de Castro		Vila Mamed	
	Nº	%	Nº	%
<b>Faz um bom trabalho.</b>	13	27,6	23	42,5
<b>Não conhece</b>	08	17,0	00	0
<b>Não opinou</b>	11	23,0	09	19,1
<b>É um trabalho mais ou menos</b>	03	6,3	05	9,2
<b>Pouca atuação</b>	05	10,6	10	18,5
<b>Outros</b>	07	14,8	07	12,9
<b>Total</b>	47	100	54	100

Org.: MEDEIROS, R. T. (2016).

Na Tabela 10, em ambos os bairros foi relativamente representativa a variável “faz um bom trabalho” com 13 pessoas, equivalente a 27,6% no bairro Alfredo de Castro e 23 pessoas, equivalentes a 42,5% na Vila Mamed não foram representativas na amostra.

Com os resultados da Tabela 10 emana a discussão acerca da atuação das associações de moradores existentes no bairro. Apesar de nos dois bairros estas associações terem uma resposta ou respaldo positivo da comunidade, nota-se que ainda não é unanimidade. Sendo assim, atenta-se que estas associações de moradores, bem como seus representantes, necessitam estar mais próximos às suas respectivas comunidades, ouvindo o clamor do povo, levando as reais necessidades dos bairros ao poder público, promovendo ações que venham de encontro aos anseios desses cidadãos, não só tentando trazer para si privilégios dessa representatividade, mas que seja objeto de transformação e meio de locomoção de tudo aquilo que seja pertinente às melhorias tão necessárias aos dois bairros em questão.



A Tabela 11 apresenta a opinião dos entrevistados sobre a responsabilidade pela manutenção dos bairros.

Tabela 11: Número (Nº) e Porcentagem (%) sobre a responsabilidade pela manutenção dos bairros Alfredo de Castro e Mamed, Rondonópolis, Mato Grosso.

<b>Responsável pelo bairro</b>	<b>Residencial Alfredo de Castro</b>		<b>Vila Mamed</b>	
	<b>Nº</b>	<b>%</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
<b>Prefeitura</b>	0	0	0	0
<b>Associação de bairro</b>	0	0	0	0
<b>População</b>	00	0	02	3,8
<b>Todos juntos</b>	47	100	52	96,2
<b>Total</b>	47	100	54	100

Org.: MEDEIROS, R. T. (2016).

Na tabela 11, no bairro Alfredo de Castro, 100% dos entrevistados opinaram que a união de todos, Prefeitura, Associação de Moradores e moradores é necessária para que as melhorias aconteçam.

Na Vila Mamed, 96,2% compartilham que deve haver a união de todos os envolvidos para que o bairro continue a se desenvolver; Por outro lado, 3,8% dizem que só os moradores devem se unir em busca dos objetivos, pois já não acreditam mais no poder público.

Os resultados obtidos na Tabela 11 denotaram que as comunidades em questão, se encontram cientes da necessidade de união de todos os atores envolvidos, no sentido de acontecer o crescimento dos bairros. “A fim de que as questões necessárias para o desenvolvimento das comunidades aconteçam, temos que trabalhar unidos, pois só assim, obteremos sucesso e legitimidade no processo”, acrescentou o senhor Nô, pescador e morador da Vila Mamed.

Verifica-se, ainda, a total ausência de identificação dos moradores com relação à responsabilidade da Prefeitura na manutenção dos bairros, pois não percebe interesse e movimento por parte desse poder local.

A Tabela 12 apresenta a opinião dos entrevistados sobre os bairros.

Tabela 12: Número (Nº) e Porcentagem (%) de opiniões sobre os bairros Alfredo de Castro e Mamed, Rondonópolis, Mato Grosso.

Opinião	Residencial Alfredo de Castro		Vila Mamed	
	Nº	%	Nº	%
<b>Gosto do bairro</b>	31	66	35	65
<b>Não Gosto</b>	0	0	0	0
<b>Outros</b>	16	34	19	35
<b>Total</b>	47	100	54	100

Org.: MEDEIROS, R. T. (2016).

Na tabela 12 a maioria dos entrevistados gosta do bairro onde mora, com 31 pessoas, equivalente a 66% no bairro Alfredo de Castro e 35 pessoas, equivalente a 65% na Vila Mamed.

Esta questão vem articulada ao pertencimento e afetividade do lugar em que habita como afirma Bourdin (2001, p. 33) que “o espaço de pertença resulta do conjunto de recortes que especificam a posição de um ator social e a inserção de seu grupo de pertença num lugar. O espaço de referência define o sistema de valores espaciais em que inserem esses recortes e organiza a relação do aqui com os alhures”.

As outras variáveis não apareceram ou não foram representativas na amostra.

Percebe-se que estes resultados tiveram certa afinidade com os resultados apresentados na Tabela 09 que, mesmo esta pesquisa não sendo fundamentada na literatura direcionada à fenomenologia, procurou a partir da imagem que a pessoa tem de seu bairro, descobrir os seus sentimentos, a sua afetividade ou o seu desafeto, a sua identificação ou não com o espaço geográfico que habita e, que, demonstrou o pertencimento e a afetividade em relação a esses territórios investigados.

A partir dos resultados obtidos, serão emitidas algumas considerações sobre esta pesquisa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A urbanização é essencial para o desenvolvimento da cidade. Dentro desta premissa, entende-se este fenômeno como o crescimento das cidades em detrimento ao campo, onde uma grande leva da população deixa a zona rural migrando para as cidades, fazendo acontecer este fluxo populacional.

Neste trabalho, procurou-se destacar o conceito de urbanização por diferentes autores, apontando suas dinâmicas e consequências. Sendo assim, caracterizou-se o processo de urbanização ocorrido em nível de Brasil, de Mato grosso e de Rondonópolis, apresentando suas particularidades, peculiaridades e diferenciações ocorridas em cada uma das esferas.

Dentro desta perspectiva, observou-se que o processo de urbanização no Brasil ocorreu de forma dinâmica e subjetiva, a partir da expansão do capitalismo, com a abertura política e econômica do mercado, caracterizada, principalmente, pela chegada de grandes conglomerados e empresas multinacionais, na metade do século XX, onde uma leva de migrantes deixou o campo e mudou-se para as cidades em um fenômeno que ficou conhecido como êxodo rural.

Este acontecimento transformou as cidades brasileiras, pois a partir da chegada desse novo contingente populacional, necessitou-se de uma nova organização, um novo pensar cidadão, no sentido de reestruturar e planejar as cidades para uma nova realidade, em que novos moradores urbanos chegaram, em busca de novas oportunidades profissionais, dificultadas em virtude da falta de formação e de qualificação, deixando o campo, vendendo seus sítios e fazendas, e trazendo consigo o sonho utópico de uma vida melhor na cidade, que não se sucedeu. Destarte, nas cidades grandes e desenvolvidas, moradores ficaram à mercê de uma sociedade capitalista, excluídos da atividade profissional, tendo que habitar em áreas suburbanas, guetos e favelas, sem as infraestruturas básicas necessárias à qualidade de vida e ao exercício da cidadania.

A cidade de Rondonópolis caracteriza-se por possuir vias de acesso a todo o centro sul brasileiro e outras regiões, sendo um importante polo regional do Mato Grosso. Sua estrutura econômica é baseada na agropecuária, principalmente na produção de algodão, soja e gado. Por esses e outros motivos, Rondonópolis cresceu e se desenvolveu a passos largos, se tornando um grande centro produtor e de grande atração populacional. Conseqüentemente, esta cidade também recebeu uma grande leva

de migrantes, oriundas de diversas partes do Brasil, que se fixaram e passaram a trabalhar. Neste sentido, o governo municipal promoveu certa expansão urbana, de maneira que comportasse essa grande leva de pessoas que chegavam. Para tanto, gerou a formação de inúmeros bairros, principalmente nas áreas longínquas do centro urbano. Atualmente, Rondonópolis apresenta uma população de 220 mil habitantes aproximadamente, apresentando esta problematização da formação de bairros sem infraestruturas que venham atender esta demanda populacional.

Com base nas discussões sobre o plano diretor e o estatuto das cidades, Rondonópolis necessita de estruturação em seu meio urbano, principalmente nos loteamentos e bairros na zona periférica, com dotação eficaz de infraestrutura, que venha a atender uma demanda populacional de baixa renda, ou seja, contemple a falta de infraestrutura adequada nesses novos loteamentos da periferia, que estão estruturados em desacordo com a lei nº 2.119 de 14 de março de 1994, que instituiu o Zoneamento Urbano de Rondonópolis, em prol da ocupação urbana que favorece o processo de especulação imobiliária.

Nesta lógica, a população é segregada, sendo obrigada a habitar locais adversos quando se considera a infraestrutura, infringindo assim, o Plano Diretor de Rondonópolis instituído através da Lei Complementar nº 43 de 28 de dezembro de 2006.

Na perspectiva de relações de poder, utilização do espaço e valorização da pertença, foi construída a ideia de que o território pertence a alguém, seja seu proprietário uma pessoa, a empresa ou o poder público. Dentro desta premissa, concluiu-se que o território se estabelece numa simbiose com a dinâmica do poder, sendo dinamicamente construído e reconstruído, rompendo com os paradigmas da organização social no sentido de que vai se transformando, se modificando e se reestruturando com o passar do tempo, acompanhado pela conotação do valor, do poder e pelo atributo de pertencimento de seus atores sociais.

Numa visão idealista, o termo “território” é condicionado dentro da perspectiva de apropriação simbólica, que se traduz na necessidade de poder, de controle desse espaço pela sociedade. Para isso, é tomado esse espaço dentro da sua totalidade, com visões materialistas do meio, a partir das riquezas que compreendem esse território. Esta visão emite valor ao território a partir de sua realidade, dos componentes materiais que o dinamizam. Essa característica territorial nos permite uma sondagem ou análise de como seria o território ideal? Como ele nos deveria ser apresentado? Quais os aspectos de valoração que são notados nesse território?

Essas questões ressoam em possibilidades de como seria o “Território Ideal” para vivermos, ou seja, o que traria condições de sobrevivência, apesar da valorização econômica e especulativa, estabelecendo certo dinamismo geográfico capaz de oferecer satisfação àqueles que o habitam.

Numa visão integradora de território, observou-se que essa categoria geográfica é tida como um espaço que não possui características somente natural ou precisamente política ou de cunho econômico, mas sim, só poderia ser caracterizada a partir da reunificação ou integração de todos os cunhos ou dimensões existentes, seja no aspecto natural, político, econômico ou social.

Para muitos pensadores, o entendimento do território como categoria a realidade só se faz a partir de uma visão multidisciplinar, onde vários elementos de análises são colocados em discussão. Neste sentido, entende-se o verdadeiro conceito de território, não nas dissociações desses elementos, que, de certa forma, prejudicam a compreensão desta categoria, devendo ser discutido numa análise generalizada de todos os processos presentes no espaço, não havendo divisões, mas sim, cooperação técnica e científica na busca de uma visão integradora.

Outro aspecto relevante para que haja o entendimento acerca do território é o processo analítico de sua historicidade. Neste contexto, o processo histórico de como se procedeu a sua construção e o seu desenvolvimento auxilia na sua compreensão. Para tanto, se analisa a realidade e, se compreende como se deu a constituição deste espaço, com suas características locais e econômicas, além de sociais que dizem respeito aos seus moradores. Como se apresentam os atores sociais deste lugar? Como todo o processo de apropriação foi definido? Como se comporta a sua população? São questionamentos fundamentais para se definir o “Território Ideal”, ou mesmo, o território entendido de forma integral, levando-se em consideração todos os elementos presentes em seu entorno. Nesta perspectiva, se compreenderá verdadeiramente o conceito de território na Ciência Geográfica.

Com relação à quantidade de pessoas na família concluiu-se que, nos dois bairros, a média é de 3 e 4 pessoas, sendo que a Vila Mamed apresenta um percentual relativamente elevado de famílias com cinco integrantes. Em seguida observou-se que, em ambos os bairros, o nível de escolaridade das famílias visitadas é baixo, tendo a maioria o nível fundamental, onde muitos necessitam estudar e se qualificar profissionalmente.

Observou-se, ainda, que as faixas etárias das pessoas entrevistadas variam, em sua maioria, nas duas localidades, sendo de 41 e 50 anos e 51 e 60 anos, ou seja,

peças que estão em idade produtiva e partindo para a terceira idade, porém, que demonstram vontade de trabalhar e vencer na vida, apesar das dificuldades.

Posteriormente, investigou-se que a renda familiar média, nos dois bairros, em sua maioria, se encontra entre 1 e 2 salários mínimos, o que comprova a baixa renda, e, conseqüentemente, a necessidade de buscar melhor profissionalização e áreas de trabalho com maiores remunerações.

Pesquisou-se também a questão de ocupação profissional, notando-se que nas duas localidades, a grande maioria dos entrevistados são autônomos, com poucos desempregados e alguns empregados formalmente. E analisou-se o sexo dos entrevistados, concluindo-se que, na Vila Mamed, obteve-se quantidade maior de mulheres e, no bairro Alfredo de Castro, ocorreu o oposto, sendo os homens a maioria dos entrevistados.

Com relação às necessidades de infraestrutura, consideraram-se principalmente as necessidades de pavimentação, construção e manutenção de escolas e creches, bem como a criação e manutenção de áreas de lazer.

Com relação às mudanças e melhorias necessárias, o bairro Alfredo de Castro apresentou especificidades, pois muitos entrevistados consideraram que é um bairro desprovido de infraestrutura urbana. No entanto, a pavimentação, a presença de áreas de lazer e a sinalização das ruas foram aspectos de destaque.

Com relação à responsabilidade pela manutenção dos bairros, a maioria considerou a união entre os entes envolvidos, ou seja, a prefeitura, as lideranças e associações de bairros e a comunidade.

Apesar das dificuldades, as pessoas se identificam com os bairros onde moram, ou seja, gostam dos bairros, bem como consideram que as associações vem desenvolvendo um bom trabalho.

Por fim, se faz necessária a implantação de políticas públicas que venham de encontro com o planejamento urbano, de maneira que sejam adotadas urgentemente para que as pessoas menos favorecidas, que habitam em áreas suburbanas, tenham a dotação de infraestruturas básicas que lhe garantam vivenciar o processo de cidadania e tenham respeito e respaldo dos poderes constituídos, para que venham a gozar de mínima dignidade que lhe garantam a saúde, a educação, a habitação adequada, enfim, os chamados serviços públicos essenciais promotores do bem comum e da concretização da hegemonia espacial e social que beneficie a coletividade.

## REFERÊNCIAS

- BARBETA, P. A. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 1998.
- BECKER, B. K. **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.
- BONNEMAISON, J e CAMBREZI, L. 1996. Le lien territorial. Entre frontieres et identités. **Geographies et cultures** (Le territoire) n° 20. Paris: L. Harmattan.
- BOURDIN, A. 1945. **A Questão Local, tradução de Orlando Santos Reis**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- CHIVALLON, 1999. Fim desterritórios ou necessite d`une conceptualisation autre? **Geographie et cultures**, n° 31. Paris: L. Harmattan
- CORRÊA, R L. **Região e organização espacial**. São Paulo: ática, 2007.
- DAL MORO, S. M. KALIL, R. M. L. TEDESCO, J. C. **Urbanização, Exclusão e Resistência: estudos sobre o processo de urbanização da região de Passo Fundo RS**. Passo Fundo RS: Ediupf, 1998.
- DEMAMANN, M. T. M. **Rondonópolis-MT: campo, cidade e centralidades**. São Paulo-SP: USP, 2011. (Tese de Doutorado).
- DEMO, P. Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.
- DINIZ, A. M. A. Migração na fronteira agrícola. **AGETEO**, v. 28, n. 3, 2003.
- DORNELES, A. C. B. O zoneamento e sua importância como instrumento de planejamento urbano. **Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais**, v. 1, n. 13, p. 452-467, 2010.
- FOUCAULT, M. 1979. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal.
- \_\_\_\_\_. 1984. **Vigiar e punir**. Petrópolis, Vozes, 1975.
- \_\_\_\_\_. **História da sexualidade**. Vol. 1: A vontade de saber, Rio de Janeiro: Graal, 1975.
- GARCIA, J.L. **Antropologia del Territorio**. Taller de Ediciones. Madri, 1976.
- GODELIER, M. **Mobilité du travail et accumulation du capital**. Paris: Maspero, 1976.
- GOLDSTEIN, H.; HEALEY, M. J. R. The graphical presentation of a collection of means. **Jour.nal of the Royal Statistical Society**, n. 158, 1995, p. 175-177.

HAESBAERT, R. 1958. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade/ Rogerio Haesbaert – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004 – 400p.

\_\_\_\_\_. **Territórios Alternativos** – Niteroi RJ. EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

HALL, E. **A dimensão oculta**. Lisboa: Relógio d'água, 1986.

JUERGENSMEYER, J. C.; ROBERT, T. **Land use planning and development regulation law**. St. Paul: Thomson West, 2003.

KOSSOY, B. **Fotografia e História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

\_\_\_\_\_. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. São Paulo: Ateliê Editorial, 1999.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1986.

LEUNG, H. L. **Ordenamento do território**. Toronto: Universidade de Toronto: 2002.

MARICATO, H. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Alga-Ômega, 1982.

MARICATO, H. **Brasil, cidades**: Alternativas para a crise urbana. 5. ed. Petrópolis RJ : Vozes, 2011.

MARTINS, E. S.; ALHO, C. J. R. **De grão em grão, o cerrado perde espaço** (cerrado - impactos do processo de ocupação). Brasília-DF: Fundo Mundial para a Natureza, 1995.

MELLO, J. B. **Verticalização em Rondonópolis**. Cuiabá-MT, 2012. (Dissertação de Mestrado).

MONTEIRO, J. L. G. **Mudanças espaciais induzidas pelo progresso técnico**: a realidade da agricultura mato-grossense. 2004. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2004.

MUKAI, T. **Direito Ambiental sistematizado**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

NARDES, A. M. M. **Rondonópolis/MT**: sua espacialidade reconstruída. Brasília-DF: EDUNB, 1997. (Dissertação de Mestrado).

NEGRI, S. M. **O processo de segregação sócio espacial no contexto do desenvolvimento econômico da cidade de Rondonópolis-MT**. Rio Claro-SP: UNESP, 2008. (Tese de Doutorado).

OLIVEIRA, A. U. **Integrar para não entregar: políticas públicas**. Campinas: Papirus, 1991.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma região**: nordeste, planejamento e conflitos de classe. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.



- PIAIA, I. I. **Geografia de Mato Grosso**. Cuiabá- MT: Editora da Universidade de Cuiabá, 1997.
- RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RODRIGUES, A. M; SANTOS, M. **Cidadania e Globalização**. Bauru SP: Saraiva, 2000.
- ROSSO, G. S. **Influência da cidade de Rondonópolis na rede urbana da Mesorregião Sudeste Mato-grossense**. 1999. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP. 1999.
- SACK, R. 1986. **Human territoriality: Its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press.
- SANTANA, J. E. **Ordenação do solo urbano e zoneamento: limites do direito adquirido ao uso e ocupação do solo**. In: SILVA, J. A. Direito urbanístico brasileiro. São Paulo: Malheiros Editores, 1995, p. 121.
- SANTOS, A. C. **A luta pelo direito à moradia em Rondonópolis-MT**. [S.l: s. n], 2011.
- SANTOS, M. 2012, **Metamorfoses do espaço habitado: Fundamentos teóricos e Metodológicos da Geografia**. Milton Santos em colaboração com Denise Elias. 6. ed. reimp. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2012.
- SANTOS, M. **A Urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.
- SILVA, J. A. **Direito ambiental constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2007.
- SILVA JUNIOR, J. R., PASSOS, L. A. **O negócio é participar**. A importância do plano diretor para o desenvolvimento municipal – Brasília: CNM – SEBRAE, 2006
- SOUZA, M. L, 1988 “Espaciologia”: Uma objeção (Crítica aos prestigiamentos pseudocríticos do espaço social). **Terra livre**, nº 5. São Paulo: Associação dos Geógrafos brasileiros.
- SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_. 16. ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_. 16. ed. São Paulo: Contexto, 2012. Repensando a Geografia.
- STURZA, J. A. I. **Lugar e não-lugar em Rondonópolis - MT: um estudo de cognição ambiental** – Rio Claro : 2005 - Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas.
- VILLAÇA, F. A crise do planejamento urbano. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 9, n. 2, p. 45-51, 1995.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Editor Studio Nobel, 2001.

WEBER, M. **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2001.

ZAR, J. H. **Biostatistical Analysis**. Nova Jérsei: Prentice Hall International, 1984. p. 43-45

ZUBEN, N. A. V. **Martin Buber e a Nostalgia de um Mundo Novo**. Publicado em Reflexão, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. n. 32 maio/ago. 1985.

## ANEXO A

### A1 - QUESTIONÁRIO APLICADO

1- Levantamento socioeconômico: Perfil do Usuário

Bairro de Residência \_\_\_\_\_ Há quanto tempo?

Número de pessoas que compõe a Família \_\_\_\_\_

a) Sexo:

Masculino ( ) Feminino ( )

b) Faixa Etária:

( ) 15 a 20 anos ( ) 21 a 30 anos ( ) 31 a 40 anos ( ) 41 a 50 anos ( ) 51 a 60 anos

( ) mais de 60 anos

C) Grau de escolaridade:

( ) Fundamental ( ) Ensino Médio ( ) Ensino Superior ( ) Pós Graduado

( ) Sem escolaridade

D) Renda Familiar:

( ) Até 1 (um) Salário Mínimo R\$ 880,00

( ) de (1 a 2) R\$ 880 a R\$ 1.760,00

( ) de (2 a 5) R\$ 1.760,00 a R\$ 4.400,00

( ) de (5 a 8) R\$ 4.400,00 a R\$ 7.040,00

( ) Mais de 8 salários = acima de R\$ 7.040,00

Obs: Salário Mínimo vigente para 2016 = R\$ 7.040,00

e) Ocupação:

Empregado  Do lar  Desempregado  Autônomo  Aposentado  Estudante  Outros

#### Levantamento específico

- 1- Quais as carências e falta de infraestruturas que você percebe no seu bairro?
- 2- O que pode ser melhorado na estrutura urbana de seu bairro?
- 3- Quando você olha para o seu bairro, qual a opinião que você tem dele? Qual a imagem que você tem do seu bairro?
- 4- Existem Associações de bairros que atuam na Comunidade? Como é a atuação desta?
- 5- Quem você acha que é o responsável pela manutenção da estrutura urbana no bairro?
  - a-  Prefeitura
  - b-  Associação de Moradores
  - c-  Somente os moradores
  - d-  Todos
- 6- Você gosta do bairro em que você mora? Por que?

## **ANEXO B**

### **A2 - LEI COMPLEMENTAR Nº 043, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2006.**

Dispõe sobre instituir o **Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Município de Rondonópolis, e dá outras providências.**

#### TÍTULO I POLÍTICA URBANA

##### CAPÍTULO I DO OBJETIVO

Art. 1º No estabelecimento de normas de ordenamento urbano e interesse social, princípios do Estatuto da Cidade - Lei Federal 10.257 de 10/07/2001, será aplicado o previsto neste Plano Diretor Participativo e observado no que couber a referida legislação federal.

Art. 2º O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental é o instrumento básico do planejamento territorial de Rondonópolis-MT e da política de desenvolvimento urbano sustentável, aplicável à totalidade do território municipal, cuja finalidade é emanar condições indispensáveis à implantação de um desenvolvimento ordenado, sempre voltado para o progresso do Município e o bem-estar de seus habitantes.

Art. 3º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Município deverão incorporar as diretrizes básicas e as prioridades contidas neste Plano Diretor de Desenvolvimento

Urbano e Ambiental.

Art. 4º O Município deverá articular-se com os Governos do Estado e da União, objetivando atrair investimentos afetos a essas instâncias de poder, que contribuam para o desenvolvimento de Rondonópolis-MT em consonância com as diretrizes e prioridades estabelecidas nesta Lei.

##### CAPÍTULO II

##### DAS METAS PRINCIPAIS

Art. 5º A Política de Desenvolvimento Urbano Sustentável em nosso Município tem como principais metas:

I a identificação e delimitação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), visando:

- a - promover as regularizações fundiárias e melhorias urbanas de áreas públicas ou privadas ocupadas por população de baixa renda, com padrões urbanísticos compatíveis e infra-estrutura básica satisfatória ao interesse social, garantindo a inclusão formal e a cidadania;

b estimular a iniciativa privada na promoção de loteamentos sociais, permitindo a redução dos custos ao empreendedor, objetivando o aumento da oferta de lotes urbanizados e/ou unidades habitacionais;

c ordenar o adensamento urbano tendo por fim a efetiva ocupação dos vazios da malha urbana, com aproveitamento racional da infra-estrutura e dos equipamentos comunitários e urbanos existentes, evitando a segregação urbana.

II o estabelecimento otimizado do território urbano como meta o desenvolvimento econômico do município e a integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais;

III o ordenamento e controle do uso e ocupação do solo;

IV a distribuição ordenada das atividades econômicas, principalmente os pólos industriais;

V evitar e corrigir as distorções do crescimento desordenado e seus efeitos negativos à população e ao meio ambiente;

VI garantir permanente proteção e preservação do meio ambiente e do patrimônio paisagístico;

VII instituir unidades de conservação para proteção ambiental;

3

VIII evitar os lotes baldios e as glebas ociosas;

IX evitar a retenção especulativa de imóveis urbanos;

X promover o desenvolvimento e a preservação do patrimônio histórico, cultural, artístico e

arqueológico.

§ 1º É direito das comunidades informais em Rondonópolis-MT reivindicarem as regularizações fundiárias.

§ 2º Esta Lei estabelecerá critérios diferenciados para aprovação e execução de assentamentos, loteamentos e conjuntos habitacionais destinados às famílias de baixa renda, considerando, entre outros, os aspectos referentes às dimensões e áreas dos lotes, características do arruamento e destinação de equipamentos comunitários.

§ 3º O Poder Público Municipal cooperará com as entidades de natureza filantrópica na elaboração de projetos de loteamentos sociais e em seus processos de urbanizações, em atendimento ao interesse social.

### CAPÍTULO III

#### DAS MELHORIAS URBANAS

Art. 6º São considerados de interesse público e prioridades para alocação de investimentos pelo Município, objetivando à solução dos principais problemas urbanos:

I programas de implementação ou complementação da infra-estrutura básica nos assentamentos e loteamentos situados nas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e demais áreas de urbanização precária, conforme necessidades de cada população e as características urbanas locais;

II programas de construções habitacionais de interesse social, e/ou subsidiários de bolsas de construções, em combate ao déficit de moradias populares;

III incremento no saneamento ambiental (abastecimento público de água, sistema público de esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo de resíduos sólidos);

IV retirada gradativa das populações ribeirinhas das Zonas de Proteção Ambiental (ZPA) para áreas habitáveis de interesse social;

V recuperação do meio ambiente natural e construído, como também do patrimônio paisagístico;

VI implantação de unidades de conservação para proteção ambiental;

VII implantação ou incremento de praças, jardins e parques públicos para atividades de lazer e recreação, contemplativas de populações localizadas;

VIII complementação e/ou pavimentação do sistema viário, de trânsito e de corredores de tráfego, como também a modificação, alargamento ou duplicação de ruas, avenidas e rodovias;

IX criação de espaços urbanos adequados à organização espacial dos trabalhadores ambulantes.

Parágrafo único As implementações urbanas das prioridades previstas no presente artigo, estão detalhadas no anexo final deste Plano Diretor Participativo.

### CAPÍTULO VIII

#### DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA CIDADE

Art. 49 Para garantir dinamismo à aplicação desta Lei, a Cidade terá a participação ativa do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de Rondonópolis CMDR, órgão colegiado de política urbana que se tornará fórum permanente para discutir o desenvolvimento urbano desse município, para mobilizar os cidadãos e para facilitar a integração de idéias.

§ 1º Este órgão será de natureza formuladora, avaliadora, consultiva e fiscalizadora, que sob a presidência do Secretário Municipal de Infra-estrutura e Urbanismo ou de outra Secretaria que venha sucedê-la em suas competências, tem por objetivos:

I elaborar planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano municipal;

II emitir pareceres sobre quaisquer planos, programas e projetos globais encaminhados previamente pelo executivo municipal, auxiliando na solução dos problemas urbanos, sociais e ambientais;

III exigir as práticas das ações de desenvolvimento urbano previstas nesta Lei;

IV fiscalizar as execuções dos programas de desenvolvimento urbano pelo Poder Público;

V atuar com o Poder Executivo na fiscalização da observância das normas contidas nesta Lei;

11

VI colaborar junto aos órgãos públicos na conscientização da população quanto à necessidade de melhorar a estética urbana da cidade e da proteção, preservação, recuperação e controle das áreas ambientais e paisagísticas;

VII mediar os conflitos urbanos decorrentes do processo de urbanização, atuando em função do interesse público e social.

§ 2º A composição do CMDR assegurará a participação de um representante titular e suplente, pertencentes aos Poderes Executivo e Legislativo Municipal e a entidades que serão especificadas pelo Prefeito Municipal, mediante decreto.

§ 3º O Município deverá garantir uma estrutura mínima para o funcionamento do Conselho, para as reuniões dos conselheiros no processo participativo de planejamento, implementação e monitoramento desta Lei.

§ 4º As associações representativas dos vários segmentos da sociedade poderá se envolver na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano municipal.

§ 5º Para representar o Poder Executivo Municipal e auxiliar o CMDR na implementação e monitoramento do Plano Diretor Urbano e Ambiental, o Município designará uma Comissão Permanente de Desenvolvimento Urbano CODEUR, composta por técnicos dos diversos saberes e competências profissionais de variados setores da Administração Pública e que desempenhará, dentre outras, as seguintes tarefas básicas:

I - realizar o treinamento a ser promovido pela Prefeitura, dos servidores municipais cujas atribuições estejam relacionadas diretamente com a implementação do Plano Diretor Participativo;



II acompanhar a implementação do Plano Diretor Participativo e, avaliando sua aplicação, sugerir correções, atualizações e ajustes sistemáticos;

III opinar sobre o que julgar importante para o planejamento urbano e ambiental do município;

IV realizar estudos e fornecer subsídios para a regulamentação de normas complementares do Plano Diretor Urbano e Ambiental;

V dirimir dúvidas e deliberar sobre os casos omissos desta Lei, como também, das legislações municipais de Uso e Ocupação do Solo, Parcelamento Urbano, Edificações, Postura, Ambiental e Sanitária.

§ 6º Este Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental será revisto a partir de 10 (dez) anos datada de sua publicação.

Art. 50 Qualquer Cidadão tem o direito de participar nos ajustes sistemáticos do Plano Diretor Urbano e Ambiental, encaminhando a proposta à CODEUR.

Parágrafo único Todos têm direito ao acesso às informações nos órgãos públicos à respeito do planejamento urbano do município.

Art. 51 Na consolidação da gestão democrática de planejamento e desenvolvimento urbano da cidade deverão ser promovidos:

I audiências e consultas públicas com os diversos setores da sociedade, convocados pelo Poder Público Municipal, com o objetivo de analisar e avaliar novos planos de interesse da sociedade ou que possam afetar a vida dos moradores de determinada localidade, garantindo a participação da população em todas as decisões de relevante interesse público;

II conferências de desenvolvimento urbano, de ampla participação popular mobilizadas pela Poder Público Municipal, a fim de definir políticas e plataformas de desenvolvimento urbano para períodos seguintes, compactuados entre o Poder Público Municipal e os diversos setores da sociedade.

12

Parágrafo único O Poder Público Municipal poderá promover audiência pública com a população interessada nos processos de implantação de empreendimentos ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído, ao conforto ou à segurança da população.

Art. 52 Qualquer cidadão tem o direito de apresentar proposta de Lei para plano e programa de desenvolvimento urbano de bairros ou da cidade como um todo, de interesse público ou social.

Parágrafo único O Projeto de Lei deverá ser apresentado ao Poder Legislativo Municipal subscritos por pelo menos 5% (cinco por cento) do eleitorado do município de Rondonópolis-MT.

Art. 54 O Poder Público Municipal, no uso de suas atribuições conferidas pela Constituição Federal, exercerá o seu poder de polícia com base nas exigências desta Legislação, ao fiel cumprimento dos seus dispositivos.

## CAPÍTULO II

### DO MACROZONEAMENTO URBANO-AMBIENTAL

Art. 66 A promoção do adequado ordenamento territorial mediante planejamento dos parcelamentos, controle do uso e ocupação do solo, será de forma responsável a adotar as medidas que favoreçam o desenvolvimento territorial de Rondonópolis com sustentabilidade social, ambiental, cultural, histórica e institucional.

Art. 67 No Município de Rondonópolis faz-se a divisão de seu território em diferentes zonas onde serão definidas as formas de uso, ocupação, proteção, conservação, restrição, servidão pública e outras, bem como os espaços territoriais que devem ser objetos de especial interesse público ao atendimento das necessidades das camadas mais pobres da população.

§ 1º Zoneamento é a fração territorial para a qual as funções sociais e atividades permitidas mostram sua característica fundamental, em face da predominância de certas categorias de ocupação.

§ 2º A predominância ou não de uma das categorias de uso ou proteção nas distintas zonas será alcançada através do incentivo ou restrição da mesma.

§ 3º O estabelecimento das diferentes zonas obedecerá aos seguintes critérios:

I identificação das áreas de proteção, preservação, recuperação e controle do meio ambiente natural e construído, como também das áreas paisagísticas;

II identificação do patrimônio cultural, histórico e artístico;

15

III reconhecimento das áreas públicas e privadas ocupadas de forma ilegal e irreversível por populações de baixa renda, passíveis de regularização fundiária;

IV indução dos programas habitacionais de interesse social nos vazios urbanos e loteamentos subutilizados;

V observância das potencialidades que caracterizam cada zona de uso no conjunto das funções cidade;

VI observância da realidade de cada região no que tange à predominância e adequação das diferentes categorias de uso;

VII garantia da compatibilidade de vizinhança, determinada pela capacidade de convivência entre as diversas atividades e empreendimentos;

VIII compatibilidade do potencial construtivo com os elementos de infra-estrutura existentes e previstos em cada região.

§ 4º Este Plano Diretor definirá, para cada zona em que divide o território do Município de Rondonópolis, os índices urbanísticos de parcelamento e ocupação do solo, que incluirão as áreas mínimas e máximas de lotes e os percentuais de reservas municipais.

§ 5º Legislação Municipal do Uso e Ocupação do Solo direcionará as atividades e usos permitidos para as adequadas zonas estabelecidas neste Plano Diretor, como também fixará os potenciais construtivos limitados pelos Coeficientes de Aproveitamento Básico de Construção, inclusive as taxas mínimas de permeabilidade do solo relativas às áreas dos terrenos.

§ 6º Os coeficientes de aproveitamento básico serão diferenciados para as zonas urbanas e suas subcategorias estabelecidas neste Plano Diretor.

§ 7º Para receber os diferentes tipos de uso, ocupação, proteção e interesse público, o perímetro urbano de Rondonópolis MT fica estabelecido nas seguintes macro-zonas:

I zonas especiais de interesse social (ZEIS);

II zonas de interesse ambiental (ZIA);

III zonas impactantes (ZIM);

IV zonas de comércio e serviço (ZCS);

V zona centralizada (ZC);

VI zonas de bairro (ZB).

§ 8º As Zonas de Interesse Ambiental, destacadas e marcantes no mapa do macrozoneamento urbano e ambiental integrante desta Lei, e disciplinadas no Código Ambiental do Município, prevalecem sobre as demais zonas delimitadas.

### CAPÍTULO III

#### DAS ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL (ZEIS)

Art. 68 As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) compõem um universo diversificado de assentamentos urbanos na área urbana e de expansão urbana do município, que serão aqueles com maior comprometimento do Poder Público para a viabilização dos interesses sociais, nos quais são reconhecidos a diversidade de ocupações por populações de baixa renda.

Art. 69 Nas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) serão estabelecidos padrões urbanísticos próprios e peculiares relativos às exigências de índices mínimos de parcelamento, ao uso e ocupação do solo e a planos de urbanização adequados às especificidades locais, compatíveis com as realidades sócio-econômicas e físico-ambientais das áreas sob intervenção.

16

Art. 70 O estabelecimento das Zonas Especiais de Interesse Social em nossa cidade, tem comoprincipais objetivos:

- I- permitir a inclusão formal dos assentamentos ilegais com populações de baixa renda;
- II- garantia da permanência dos ocupantes primitivos nos assentamentos sociais;
- III- retirada das moradias em área de risco (degradação ambiental, inundação e contaminação do subsolo), para outra área recomendável de interesse social;
- IV- execução de serviços e infra-estrutura urbanos substanciais para a melhoria das condições de vida das populações marginalizadas, resgatando cidadania social;
- V- construção e requalificação de moradias sociais, atendendo parcela da população que não tem condições para adquirir;
- VI- produção de novos loteamentos ou conjuntos habitacionais populares em áreas encravadas na zonaurbana da cidade, garantindo a integração social e combatendo a segregação urbana;
- VII- o aumento da oferta de lotes para populações de baixa renda, através da iniciativa privada na promoção de loteamentos planejados sociais;
- VIII- estabelecer parâmetros de uso e ocupação do solo que contemple as peculiaridades e o contexto urbano dos assentamentos sociais;
- IX- arrecadação dos tributos municipais incidentes nos assentamentos urbanos a serem legalizados.

§ 1º As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) são classificadas nas seguintes subcategorias:

- I zona de assentamento social à legalizar;
- II zona de assentamento social legalizado;
- III zona social planejada;
- IV zona para loteamentos sociais.

§ 2º Na aprovação de loteamento popular, de classe de baixa renda, em área desapropriada de interesse social com processo de desapropriação judicial em curso, poderá ser dispensada a escritura registrada de propriedade desde que apresentada a imissão provisória na posse concedida à União, Estado, Município de Rondonópolis ou suas entidades delegadas, autorizadas por Lei a implantar programas sociais.

§ 3º No caso de que trata o parágrafo anterior, o processo deverá ser instruído com cópias autênticas da decisão que tenha concedido a imissão provisória na posse, do decreto de desapropriação, do comprovante de sua publicação na imprensa oficial e,

quando promovido o parcelamento social por entidade delegada, da lei de criação e de seus atos constitutivos.

## SEÇÃO I

### ZONA DE ASSENTAMENTO SOCIAL Á LEGALIZAR

Art. 71 Considera-se como tal a zona constituída pelos loteamentos clandestinos em áreas públicas e privadas no setor urbano e de expansão urbana desse município, ocupados ilegalmente antes da vigência desta Lei e que serão objetos de Programas de Regularização Fundiária.

§ 1º Programas de Regularização Fundiária são processos de intervenções públicas nas áreas ocupadas por loteamentos irregulares, que contemplam as ações de regularização jurídica referentes à titulação dos lotes em sintonia com os projetos de melhoria urbana, de urbanização ou das construções e/ou requalificações de moradias sociais, sem prejuízo da qualidade ambiental para a requalificação do espaço habitado dos assentamentos informais.

§ 2º Os programas de Regularização Fundiária buscam assegurar a efetivação do Direito à moradia e não especificamente o Direito à propriedade.

17

Parágrafo único Quando localizados nas esquinas da quadra os lotes não poderão ter largura

inferior a 9,00m (nove metros), sendo dispensados dos chanfros de esquinas e possuírem área

mínima de 180,00m<sup>2</sup> (cento e oitenta metros quadrados).

Art. 75 No assentamento social será permitido via de circulação pública com gabarito mínimo de 9,00m (nove metros), sendo 6,00m (seis metros) de pista e acostamentos e 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) de calçadas em ambos os lados.

Art. 76 A infra-estrutura de padrão social nos assentamentos consistirá, no mínimo de:

I abertura das vias de circulação com os respectivos marcos de alinhamento-nivelamento;

II rede de abastecimento de água potável;

III rede de energia elétrica e iluminação pública.

§ 1º Estes benefícios mínimos de infra-estrutura nos assentamentos, que não sejam considerados socialmente definitivos, contendo o caráter da provisoriedade, sendo válidos inicialmente para assegurar os programas de regularizações fundiárias.

§ 2º Constitui obrigação dos ocupantes, a execução das instalações domiciliares de abastecimento de água potável e de energia elétrica em todos os respectivos lotes.

Art. 77 O Município deverá promover nos assentamentos sociais requalificações de moradias voltando se às necessidades das famílias em moradias sub-humanas, objetivando qualidades de residências em padrão de inclusão social.

Art. 78 O Executivo Municipal poderá constituir programas de subsídios de materiais de construções para os assentamentos a fim de requalificações ou construções de moradias populares por sistemas de mutirões.

Art. 79 Na ocupação clandestina em área de particular, deverá ser assegurado a parceria e o harmônico entendimento contratual entre o legítimo proprietário e os ocupantes, com o objetivo do alcance da titulação dos lotes.

19

§ 1º Será de iniciativa do legítimo proprietário ou dos pretendentes proprietários, conforme acordado entre eles, a viabilidade da elaboração da planta urbanística e de outras documentações necessárias à aprovação e registros cartorários.

§ 2º Verificado que a ocupação, já consistente, com discussões ampliadas sem contribuição e conciliação entre os participantes envolvidos, o Poder Público Municipal poderá intervir contribuindo parcialmente na expectativa de que os conflitos e diferentes interesses que envolvem o parcelamento do solo sejam conciliados.

§ 3º O Município contribuirá na elaboração racional da planta urbanística de forma a favorecer a regularização fundiária em bases tecnicamente responsáveis, ficando a cargo da parceria acordada o desenvolvimento seqüencial dos documentos necessários e adequados à completa implementação burocrática.

§ 4º Em caso de acentuado desentendimento e dificultosa legalização de ocupação em área particular, o Poder Público Municipal, com autonomia e em seu papel articulador de promoção e defesa social, efetuará a desapropriação da área urbana necessária ao loteamento popular a que se destina, com sua melhor ocupação urbanística e econômica.

§ 5º Ocorrendo a desapropriação, o Poder Público Municipal se dará ao Programa de Regularização Fundiária.

§ 6º O proprietário desapropriado tem a preferência, se desejar, para a aquisição de algumas novas unidades de terrenos.

Art. 80 O processo de loteamento urbano decorrente de assentamento social em área do Município, terá seus trâmites necessários desenvolvidos pelo órgão fundiário competente, objetivando a legalização jurídica culminada no devido registro e abertura das matrículas de todos os lotes no Cartório Oficial de Registros de Imóveis.

Art. 81 Os lotes oriundos dos assentamentos sociais nas áreas públicas serão titulados aos primeiros ocupantes de baixa renda cadastrados pela Secretaria Municipal de Ação Social.

§ 1º Os ocupantes de baixa renda para se beneficiarem dos terrenos deverão ter comprovação de carência emitido pela Secretaria Municipal de Ação Social.

§ 2º A comprovação de carência será após visita, in loco, afim do parecer sócio-econômico relativo ao pretense titular, feito por servidor público competente na área de assistência social.

Art. 82 Na perspectiva de efetivação do direito à propriedade poderão ser utilizados, conforme couber, os seguintes institutos jurídicos:

I concessão de direito real de uso;

II direito de superfície;

III usucapião especial de imóvel urbano, na forma da lei.

Parágrafo único Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.